



EXCLUSIVO

Futuro do Nordeste abriga investimentos do BNB

SEM IGUAL

Consórcio muda rumo da Agricultura Familiar

EXCLUSIVO

Governadora diz como está enfrentando Pandemia



revistanordeste.com.br

NORDESTE

QUANDO O SOL E O VENTO TRANSFORMAM TUDO EM NEGÓCIOS



7189893112484231 00168

ANO 14 - NÚMERO 188 - R\$ 22,00

VACINA
JÁ!

FORMANDO OS MELHORES MÉDICOS



PARA REALIZAR SEU
MAIOR SONHO, A AFYA
SONHA GRANDE
COM VOCÊ.

#FACAMEDICINA AFYA

VESTIBULAR 2021
ENEM OU VESTIBULAR ONLINE

15/05

 **MEDCEL**



PARA ALUNOS DO INTERNATO



VAGAS FIES

CIÊNCIAS MÉDICAS
PARAÍBA

Afya

 @fcmpb

 Ciências Médicas Hoje

 Faculdade de Ciências Médicas

facamedicina.afya.com.br/fcmpb



Entrevista

OS EFEITOS NOCIVOS DA COVID A EXIGIR SACRIFÍCIO E DECISÕES

Governadora Fátima Bezerra prevê ainda muitos problemas pela frente



8

Economia

FONTE DE ENERGIA LIMPA

Como o Nordeste transforma Sol e Vento em liderança e Dividendos



12

O IMPACTO ECONÔMICO-SOCIAL DO BNB

Para onde e como se efetivam investimentos para superar crise



18

22. ANO DE 2021 AINDA SERÁ DE "RESSACA", COM PROJEÇÕES TÍMIDAS DE CRESCIMENTO

Avaliações econômicas de especialistas da CEPLAN indicam condicionantes para a recuperação

A AGRICULTURA FAMILIAR COMO REFORÇO DO CONSÓRCIO PARA A AUTOSSUSTENTAÇÃO

Governos do Nordeste implantam 1ª Câmara Temática para atender alta demanda alimentar à base familiar



26

Infraestrutura

30. FOI UM ANO SEM ÁGUA

Eixo Leste da Transposição estava paralisado e volta a bombear

32. A VERSÃO DA PARAÍBA NA CRISE HÍDRICA

Presidente da AESA expõe detalhes das políticas em curso na Transposição

Jurídico

A FORÇA DO TRIBUNAL DO MAR PARA ARBITRAR CONFLITOS

Estudioso no tema analisa com profundidade a participação do Tribunal em Hamburgo



38

Tecnologia

46. SEM A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA SÓ RESTA SUBDESENVOLVIMENTO

PhD e referência internacional no universo de TI analisa impacto da IA na conjuntura brasileira

Saúde

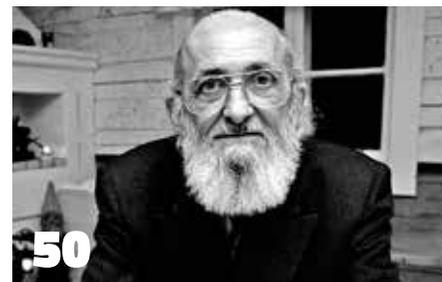
48. UMA ABORDAGEM ATUALIZADA SOBRE EFEITOS DA COVID E COMO ADEQUAR PROCEDIMENTOS

Expert e líder no Nordeste avalia e aponta formas de manter a qualidade da saúde de pacientes

Memória

QUEM FOI O REVOLUCIONÁRIO DA EDUCAÇÃO MUNDIAL

NORDESTE expõe trajetória, obra e protagonismo de um educador mundial: Paulo Freire, 100 anos!



50

Cultura

A ESTRELA INTERNACIONAL DA TERRA DE AUGUSTO

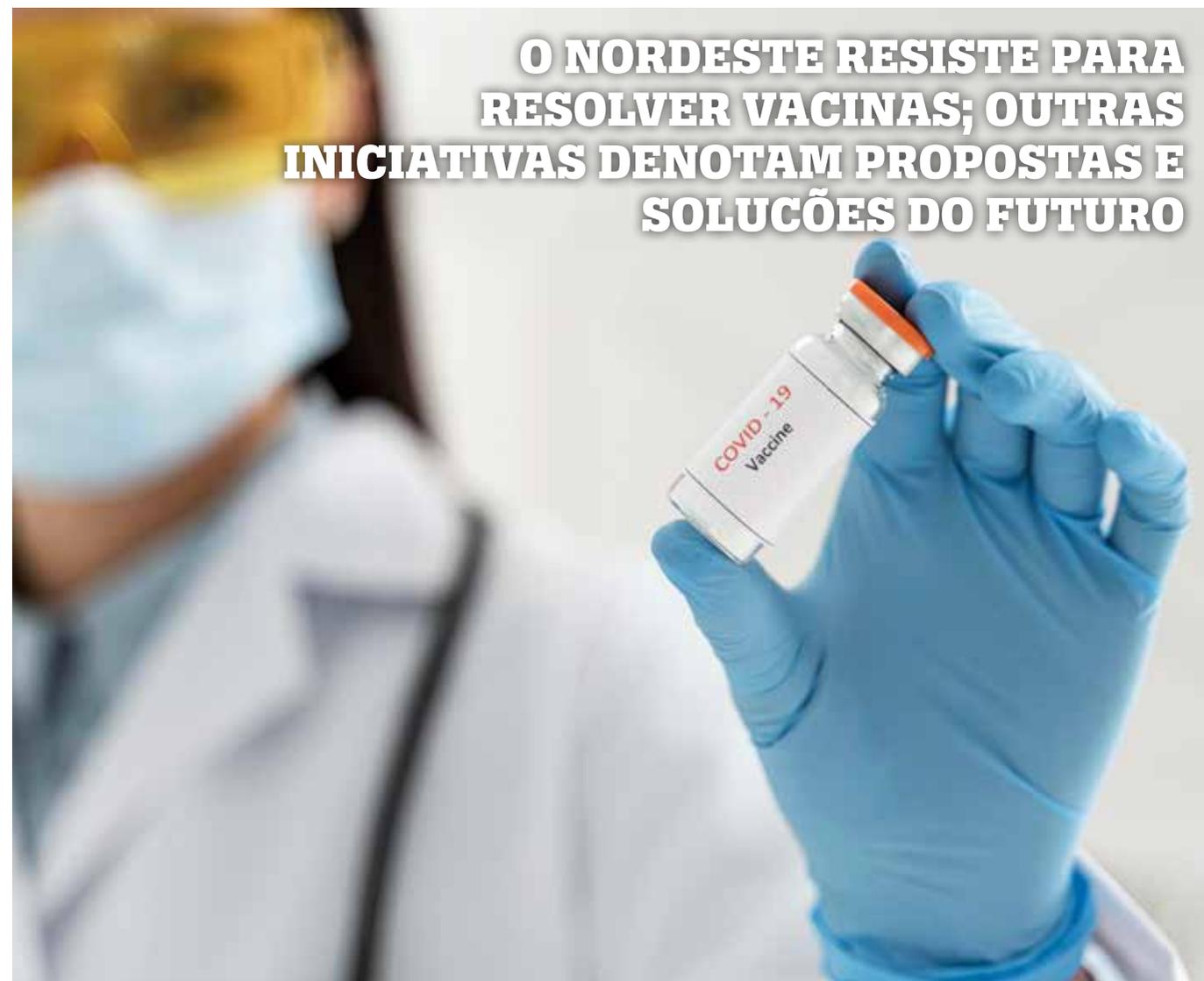
Escritora da Paraíba, Marialia Arnaud, arrebatou mais importante premiação internacional



53

Colunas

- 6. **Leitor**
- 7. **Plugado** Walter Santos
- 34. **Negócios e Intercâmbio** Rui Coelho
- 36. **Atualidade & Futuro** César Rocha
- 45. **Opinião** Adary Oliveira



O NORDESTE RESISTE PARA RESOLVER VACINAS; OUTRAS INICIATIVAS DENOTAM PROPOSTAS E SOLUÇÕES DO FUTURO

O fato é que o Nordeste do Brasil convive com muitos problemas gerados pela Pandemia do Coronavírus e seus efeitos trágicos a transformar os 9 estados em ambientes de realidade próxima de genocídio, se continuarem aos maus tratos da vida dos mais pobres, os mais necessitados e, ainda, as micro e pequenas empresas.

O fato adicional ainda é que a conduta desastrosa do Ministério da Saúde no trato da Pandemia permitiu a projeção de muitos malefícios e mortes em proporção inaceitável de 2020 para cá.

Em que pesem esses números, existem, sim, quem esteja produzindo valores e conceitos positivos na perspectiva do futuro do Nordeste. Teremos de ser justos com o papel do BNB com seu planejamento e implementação de políticas extraordinárias em favor da sociedade.

São ações financeiras a fomentar os vários segmentos da micro e pequena empresa em diante envolvendo os mais

ricos sempre com dados e perspectivas sempre à disposição de todos o que se configura em transparência.

Só que em meio a tantos problemas, precisamos identificar muitos investimentos no Nordeste a partir do Sol e dos Ventos transformando o Nordeste em grande nação de investimentos e resultados a transformar a vida árida em perspectiva de vida em favor de todos.

Os números em torno da energia limpa só crescem em todo o Nordeste levando a projeção de futuro a grandes investimentos e resultados de futuro próximo em favor do resultado nordestino.

A síntese é de que em meio ao caos o BNB é grande referência.

Walter Santos
PUBLISHER da Revista **NORDESTE**
ws@revistanordeste.com.br

PUBLISHER
Walter Santos

**EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
E EDIÇÃO DE IMAGENS**
Luciano Pereira

IMAGENS DA CAPA
Freepik.com / Pxhere.com / Divulgação

ASSINATURAS
(83) 99981 3462
Segunda a sexta, das 8 às 18 horas
www.revistanordeste.com.br/assinatura

CARTAS PARA REDAÇÃO
jornalismo@revistanordeste.com.br

PARA ANUNCIAR
Ligue: (83) 99981 3462
ws@revistanordeste.com.br

**DIGICULT CONSULTORIA
E COMUNICAÇÃO EIRELI**
Rua Guibaldo Menezes, 315, Bairro: IPES
Cep 58.028-450 / João Pessoa - PB
Fone: (83) 99981 3462

IMPRESSÃO
Gráfica JB - Av. Mons. Walfredo Leal, 681 - Tambiã
João Pessoa / PB - Fone: (83) 3015-7200

DISTRIBUIÇÃO
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos



Sugestões de pauta ou matérias
podem ser enviadas para:
jornalismo@revistanordeste.com.br
Agradecemos a sua participação.

NORDESTE On-line
Facebook: Revista Nordeste
Twitter: @RevistaNordeste
jornalismo@revistanordeste.com.br
www.revistanordeste.com.br



Os textos opinativos são de inteira
responsabilidade dos colaboradores e
não refletem a visão da linha editorial da
Revista NORDESTE

Leitor

Gostaríamos de atestar mesmo estando em Lisboa de alguma forma distante geograficamente do Nordeste brasileiro que a Revista NORDESTE tem cumprido papel determinante para acompanhamento permanente dos fatos existentes no Brasil e agora se estendendo aos países de língua portuguesa, por isso entendemos de alta importância a aproximação da publicação com os países da lusofonia a partir da CE CPLP.

NUNO ANHORAY
Executivo / Lisboa / Portugal

A cada dia que passa mais sentimos necessidade em entendermos as raízes de nossos vários territórios nordestinos diante de tantas diversidades singulares. Por essas e outras propomos à Revista NORDESTE Promover algo como fez Mário de Andrade nos anos de 1938 percorrendo os vários estados para idênticar a cultura popular.

PEDRO CÂNDIDO
Folclorista / João Pessoa / PB

Nos últimos tempos temos visto a repetência do Governo Federal de não respeitar as eleições nas Universidades Federais dai ser muito importante a revista acompanhar esses absurdos que atentam contra a autoria universitária tão difícil de ser conquistada.

MÔNICA DUARTE
Profª Universitária / Recife / PE

O ano de 2021 assinala o centenário do educador Paulo Freire, expressão brasileira de maior respeitabilidade. Se isto é verdadeiro a NORDESTE precisa manter matérias como a entrevista do professor doutor Afonso Scocuglia na edição de janeiro com maior frequência nas demais edições pela sua alta importância

IENES PEREIRA
Socióloga / São Luis / MA

Os setores culturais estão totalmente afetados pelos efeitos da COVID mas não há cobranças dos segmentos oficiais sempre

HUMBERTO SILVA
Professor / Natal / RN

Voltamos a cobrar que as futuras edições da NORDESTE abrigue temas e assuntos ligados aos esportes em particular do futebol, onde meu time querido Ceará tem se apresentado com resultados do tamanho dos clubes do sudeste.

ÁLVARO PINHEIRO
Engenheiro / Fortaleza / CE



Capa da Edição 168/Janeiro



Plugado com Walter SANTOS

O novo modelo democratiza a comunicação, mas em nome desse apelo atrai verdades e o esgoto a confundir e atentar à liberdade

Poucos neste momento se dão à importância de avaliar historicamente os detalhes de fundo para entendermos os vários processos de vida institucional no Brasil. Mas, em tempo, se faz muito importante ainda compreender que a realidade nacional atual vivida no País é também fruto da nova fase em que, em nome da democratização dos meios de comunicação, as redes sociais vieram para confundir e disseminar mentiras visando criar o caos de agora.

Vivemos uma guerra sem fim onde os fomentadores da nova conjuntura se traduzem, em nome da liberdade de opinião, em algozes das conquistas fundamentais processadas a partir da Constituinte de 1988, onde a busca de redução das desigualdades se efetivou sem a profundidade desejada, entretanto, este caldo de conquistas sociais incitou a ultra-direita nacional bancada pelo capital externo a construir a realidade atual.

COMPARATIVO IMPORTANTE

Guardadas as proporções, até chegar ao climax de conflito social no País em 1964 os Estados Unidos conceberam e implantaram no Brasil um clima de confronto, medo e armamento demonstrando capacidade de organização muito além das utopias de esquerda que, mesmo tendo simpatizantes do comunismo, a luta era por novo modelo socio-econômico.

O INVISÍVEL “ARMA” DO TEMPO PRESENTE

Observadores da cena atual, a exemplo do jornalista Aurélio Aquino, compreendem que não foi à toa a reunião de Donald Trump com Jair Bolsonaro em março de 2020, em Orlando, depois da aquisição de U\$ 2 Trilhões de arma-

mento pelos EUA construindo o negacionismo e a opção por armas ao invés de vacinas no País. É preciso entender e acompanhar a história.

Nos anos 60, já depois de 1963, o Brasil conviveu com um personagem invisível mas determinante na construção do Golpe de 1964 de nome Vernon Walters, conhecido na intimidade dos generais como “Arma”, fundamental na construção da ruptura democrática.

RESPALDO MILITAR

Era, como atestado, um americano de guerras e “amigo dos generais brasileiros, convivera com vários deles na Itália, na Segunda Guerra Mundial. Oficial de ligação entre a Força Expedicionária Brasileira (FEB) e o V Exército dos EUA entre 1943 e 1945. Intérprete de Eisenhower quando da visita do então presidente americano ao Brasil, em 1960”.

Aliás, confirmam os registros, “antes, assistente do adido militar na Embaixada dos EUA, no Rio de Janeiro, de 1945 a 1948. Falava português fluentemente. Convidado, largou o cargo de adido em Roma e tomou o rumo do Brasil”.

SINTESE

Se faz fundamental entender quem está por traz da militarização do governo além do Departamento de Estado, sobretudo diante de erros crassos no combate à pandemia e diversas políticas públicas, a exemplo do trato da economia e os efeitos sociais danosos, porque na essência Bolsonaro é instruído para construir clima para novo Golpe no país.

E nesse particular, as redes sociais são instrumento da disseminação de retrocessos.

Agora, não há outro caminho senão contestar radicalizando na Democracia brasileira possível.

OS EFEITOS NOCIVOS DA COVID A EXIGIR SACRIFÍCIO E DECISÕES

GOVERNADORA FÁTIMA BEZERRA PREVÊ AINDA MUITOS PROBLEMAS PARA RESOLVER VACINAÇÃO, MAS FOCA GESTÃO EM MEDIDAS PARA SUPERAR CRISE

Por **WALTER SANTOS**

O estado do Rio Grande do Norte não para de focar as políticas de emergência para vacinar sua população convivendo com as dificuldades da conjuntura pela chegada em dosagem da Vacina muito aquém do desejado, mas anda firme no propósito de resolver tudo em 2021. Aliás, este é o ano no qual a governadora Fatima Bezerra reserva suas energias para construir saídas econômicas no decorrer dos meses em varias frentes. Eis a integra da Entrevista Exclusiva:

Revista NORDESTE - O ano começa com foco na vacinação. Qual o cenário projetado pela sra neste contexto para vacinar os norte-riograndenses?

Fátima Bezerra - Veja bem, antes mesmo do início da distribuição das vacinas por parte do Governo Federal, nós anunciamos, em meados de dezembro do ano passado, o Plano Estadual de Operacionalização para a Vacinação contra Covid-19, que foi feito em consonância com as coordenadas do Plano Nacional de

“O QUE PROJETAMOS EM TERMOS DE VACINAÇÃO EM NOSSO ESTADO É UM CENÁRIO DE IMUNIZAÇÃO DE PELO MENOS 95% DE NOSSA POPULAÇÃO”

Vacinação. Nós temos todo interesse na imunização dos potiguares o quanto antes e, diante disso, concomitante ao nosso Plano de vacinação, já tomamos as medidas em âmbito estadual para instalação da rede de frio, aquisição de insumos como seringas e agulhas e capacitação para os vacinadores. Tão logo o primeiro lote de vacinas chegou no nosso Estado, demos início à distribuição das vacinas para os municípios, com o imperativo de que quem deveria ser vacinado nessa primeira fase são os profissionais da saúde e os idosos e idosas institucionalizados.

NORDESTE - Qual o futuro esperado para o Estado?

Fátima Bezerra - O que projetamos em termos de vacinação para o nosso Estado é um cenário de imunização de pelo menos 95% da nossa população. É isso que queremos e isso que vamos lutar junto ao Governo Federal, e em conjunto com o Consórcio de governadores da região Nordeste. Um pleito meu é que os professores e professoras sejam incluídos nos grupos prioritários. Nós não podemos pensar em volta às aulas sem que os profissionais da Educação estejam devidamente protegidos e imunizados. Fato é que estamos nos planejando e prontos para o enfrentamento dessa pandemia desde que começaram a surgir os primeiros casos. E continuamos nessa luta e não vamos descansar enquanto a população do Rio Grande do Norte esteja protegida.

NORDESTE - Como o estado tem es-tocado seringas e agulhas diante do retardamento do governo federal?

Fátima Bezerra - A Secretaria de Saúde Pública do Governo fez um



estoque inicial com mais de 900 mil seringas e agulhas, que cobrem todo o público prioritário da primeira fase. Também lançamos o processo de compra de mais dois milhões de seringas, já pensando na continuidade do plano de imunização contra a Covid-19.

NORDESTE - Com base na LOA, quais os investimentos projetados visando reaquecer a economia do Estado?

Fátima Bezerra - Foi desafiador elaborarmos nosso projeto de lei orçamentário para esse ano, devido às mudanças sociais e econômicas porque passamos por conta da pandemia e o clima de incertezas que ainda temos de enfrentar. Sobretudo, porque ainda há dificuldades para fazermos projeções e porque o Governo Federal prevê um decréscimo de quase 5% no PIB nacional. Nossas projeções estão em torno dos R\$ 13,2 bilhões em receitas e temos que equacionar um déficit de cerca de R\$ 920 milhões, fruto que ainda herdamos de gestões passadas.

NORDESTE - Qual a realidade fiscal do estado?

Fátima Bezerra - É importante lembrar que nosso Estado apresentou crescimento econômico em 2020, porque tomamos diversas medidas para incentivar a arrecadação de impostos, além de abertura de novas empresas, incluindo aí os microempreendedores, e isso é um sinalizador de que as medidas que tomamos podem ser alvissareiras para o ano de 2021, no âmbito econômico, porque continuaremos a trabalhar com a retomada da capacidade de investimento do nosso Estado, principalmente em infraestrutura.

NORDESTE - Qual a causa desta realidade?

Fátima Bezerra - A modernização da política tributária que estamos fazendo impediu a saída de mais empresas



“NOSSAS PROJEÇÕES PARA 2021 ESTÃO EM TORNO DE R\$ 13,2 BILHÕES EM RECEITAS E TEMOS QUE EQUACIONAR UM DÉFICIT DE CERCA DE R\$ 920 MILHÕES FRUTO DO QUE HERDAMOS”

do nosso Estado e estamos atraindo novos investimentos em áreas importantes, como é o caso da energia eólica, fruticultura, gás, petróleo, dentre outros. Portanto, nossa LOA 2021 visa alcançar as metas administrativas, que incluem alterações na legislação tributária estadual; o equilíbrio entre receitas e despesas, limitação de empenho

e controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos públicos; disposições relativas à política e à despesa com pessoal do Estado e encargos sociais, além da política de aplicação de recursos da nossa Agência de Fomento.

NORDESTE - O Consórcio Nordeste

anuncia dezenas de projetos para os varios estados. Como a sra encara as estratégias conjuntas do Consorcio?

Fátima Bezerra - O Consórcio Nordeste é um importante instrumento que foi criado para fortalecermos a região. Do ponto de vista estratégico, sabemos que com união nos fortalecermos e nos tornamos mais compe-

titivos, o grupo formado pelos nove governadores funciona tanto no campo político, quanto administrativo, porque podemos fazer economias na compra de bens e serviços, compartilhamos também bons exemplos de gestão e isso tem sido extremamente importante para algumas áreas como saúde e educação.

NORDESTE - De que forma o Turismo, a partir de Natal pode reaquecer a economia?

Fátima Bezerra - O Rio Grande do Norte tem sido visto como um dos destinos mais seguros para o turista brasileiro e isso é fruto de muito trabalho. Nós fomos o primeiro estado brasileiro a receber o selo Safe

Travels, do WTTC, e com a criação do selo local Turismo+Protegido, recentemente a capital Natal chegou a ser apontada por pesquisa do Ministério do Turismo, que ouviu agências e organizações de viagens, como a cidade mais cobiçada para a alta estação 2020/2021. Nós temos um compromisso de Governo de

restabelecer o turismo potiguar, que vinha perdendo pontos ao longo dos anos.

NORDESTE - Cite uma política específica de estímulo...

Fátima Bezerra - Para vocês terem uma ideia, nós assinamos um decreto no nosso primeiro ano de gestão, que estabeleceu regras para redução dos impostos de querosene de aviação (QAV) e a alíquota de tributos pode chegar em zero percentual. Importante dizer também que nosso trabalho é intersetorial, envolvendo o turismo sem perder de vista ações no âmbito da saúde e infraestrutura, por exemplo. E foram essas ações conjuntas, seguindo todos os protocolos de biossegurança e o que diz a Ciência, que tornou possível a reabertura gradual e responsável de nossas atividades turísticas.

NORDESTE - Que outras medidas atestam reforço ao segmento?

Fátima Bezerra - Em paralelo a isso, não medimos esforços do ponto de vista de negociações com operadoras e companhias de viagens turísticas ano passado, o que nos levou a um incremento da malha aérea em território potiguar. Agora, nessa alta temporada, a estimativa para janeiro foi de que 220 mil passageiros passaram pelo Aeroporto Internacional de nossa capital, com 312 pousos extra, para atender a demanda do período. Atualmente, nós estamos com 49 voos diários para os principais aeroportos do Brasil.

NORDESTE - A sra mantém a equipe original ou admite ajustes?

Fátima Bezerra - Nossa equipe possui perfil extremamente técnico e o que é importante afirmar sobre isso é que manteremos esse perfil para garantir a gestão que o povo do Rio Grande do Norte precisa e merece. 🍷

FONTE DE ENERGIA LIMPA

Como o Nordeste transforma Sol e Vento em liderança e Dividendos

Por **LUCIANA LEÃO**

Com sol e vento abundantes em quase todo o ano, a Região Nordeste se consolida a cada ano como um grande player de produção e investimentos para o setor de energias renováveis tanto Eólica como Solar. A Região é responsável por 80% da energia eólica no País, sendo o Rio Grande do Norte o Estado líder em produção no Brasil, com capacidade de 4.777 MW e 170 usinas instaladas.

No ranking estadual, segundo dados da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), Bahia aparece em segundo, com produção de 4.506,4 MW e 173 parques, seguido pelo Ceará, com 2.179,3 MW e 84 unidades eólicas. Na quarta posição, aparece o Piauí com 1.979,4 MW, com 69 parques instalados, seguido do Rio Grande do Sul, com 1.835,9 MW e 80 usinas. Pernambuco, Maranhão, Santa Catarina, Paraíba, Sergipe se-

A engenharia representa os avanços para todo Nordeste

guem respectivamente na 6ª, 7ª, 8ª, 9ª e 10ª posições.

Mesmo em tempos difíceis na economia, o setor ocupa hoje o segundo lugar na matriz elétrica no Brasil, com a participação cada vez maior em leilões promovidos pelo setor elétrico regulado, e também no Mercado Livre de Energia. De 2004 para cá o salto foi grande. De 0,6 GW instalados pulou para 17 GW, com 660 parques instalados e 8.000 aerogeradores onshore (fixados em terra), operando em 12 estados no País, maior parte no Nordeste e no Sul do País. São 6,3 milhões de habitantes beneficiados e 28,8 milhões de residências por mês que podem ser abastecidas.

Projeções feitas pela equipe da ABEEólica liderada pela executiva Elbia Gannoum em entrevista à Revista Nordeste apontam que o Brasil terá até 2024 cerca de 29,6 GW de capacidade eólica instalada, considerando leilões já realizados e contratos firmados no mercado livre de energia.

Segundo dados da Bloomberg New Energy Finance foram investidos US\$31,3 bilhões no setor de 2011 a 2019. “Somos a fonte renovável que mais cresce no País. Esse cenário vai continuar muito forte, com predominância nos estados do Nordeste e Sul do País. Pernambuco, por exemplo, tem capacidade de crescer mais sua potência, pela sua logística e cadeia produtiva”, opinou Elbia Gannoum.

Oportunidades, segundo a presidente da ABEEólica, têm para todos os Estados. “Os investimentos vão acontecer. A natureza foi muito boa, mas é preciso ter um olhar atento para proporcionar um ambiente seguro para os negócios, com órgãos

**Elbia Gannoum -
Presidente da
Associação Brasileira
de Energia Eólica**



institucionais céleres. O mundo todo caminha para redução drástica de emissão de gases de efeito estufa e o processo de mudança para energia limpa é irreversível”, reforçou Elbia.

No Brasil, são cerca de 22,9 milhões de toneladas de CO2 evitadas com a instalação e geração de energia eólica, o que equivale à emissão de cerca de 21,7 milhões de automóveis. Em estudo realizado pela Go Associados a instalação de parques eólicos contribui para o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e do Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM). A energia eólica ocupa pouca terra, permitindo que se continue com criação de animais ou plantações. Considerando

o espaço eleito para um parque eólico, as turbinas ocupam cerca de 8% da área, podendo esse valor ser ainda menor, cerca de 6%.

Num cenário global, de acordo com o Conselho Global de Energia Eólica (Global Wind Energy Council – GWEC) o Brasil ocupa a 7ª posição no Ranking Mundial. O GWEC acredita que, tanto em projetos onshore (terra) quanto offshore (mar), a energia eólica é a chave para definir um futuro energético sustentável. “O futuro, portanto, é promissor para a fonte eólica. Mas, a economia precisa crescer. A economia precisa ser dinâmica, pois o mundo começa e termina no PIB”, reforça a presidente executiva da ABEEólica (Associação Brasileira de Energia Eólica).

Celeiro de Oportunidades que vem do Sol

Mesmo com a pandemia, a energia produzida pela irradiação solar cresce em ritmo gradual em todo o País, segundo informou a Associação Brasileira de Energia Solar (ABSOLAR), aponta o Nordeste como um celeiro potencial de se tornar nos próximos anos como a bola da vez.

No top dos 10 estados que lideram o ranking de geração distribuída (sistemas em telhados e fachadas de edifícios) em primeiro lugar aparece Minas Gerais, seguido de São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Paraná, Goiás, Santa Catarina e Rio de Janeiro. No Nordeste, Ceará ocupa a 9ª posição, à frente da Bahia (10ª), Pernambuco (12ª), Piauí (14ª), Paraíba (15ª), Rio Grande do Norte (16ª), Maranhão (19ª), Alagoas (22ª) e Sergipe (23ª).

Já no campo municipal, a cidade de Teresina ocupa a quarta posição de potência instalada no Brasil com 44,4 MW, seguida de Fortaleza (5ª) e aparecendo a cidade sertaneja de Petrolina, em Pernambuco, na décima posição.

Atualmente, as usinas solares de grande porte de geração centralizada (parques solares) ocupa a sétima maior fonte de geração do Brasil 1,7 MW, com empreendimentos em operação em nove estados brasileiros, nas regiões Nordeste (Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte), Sudeste (Minas Gerais e São Paulo) e Centro-Oeste (Tocantins). Os investimentos acumulados deste segmento ultrapassam os R\$ 15 bilhões.

Ao somar as capacidades instaladas nos segmentos de geração distribuída e geração centralizada, a fonte solar



fotovoltaica ocupa o sexto lugar na matriz elétrica brasileira, atrás das fontes hidrelétrica, eólica, biomassa, termelétricas a gás natural e termelétricas a diesel e outros combustíveis fósseis. A fonte solar já representa uma potência instalada 32% maior do que a somatória de todas as termelétricas a carvão e usinas nucleares, que totaliza 5,6 GW.

No segmento de geração distribuída, são 4,4 GW da fonte solar fotovoltaica, que representam R\$ 20 bilhões em investimentos acumulados desde 2012, espalhados pelas cinco regiões do Brasil. A tecnologia solar é utilizada atualmente em 99,9% de todas as conexões de geração distri-

Vice-presidente da Absolar, Bárbara Rubim, fala em necessidade de políticas públicas diante do segmento da energia fotovoltaica em ascensão

buída no País, liderando com folga o segmento.

GERAÇÃO DE EMPREGOS CRESCERÁ, MESMO COM A PANDEMIA

Projeções da ABSOLAR apontam que a fonte solar fotovoltaica deverá gerar mais de 147 mil novos empregos aos brasileiros em 2021, espalhados por todas as regiões do País. Segundo a avaliação da entidade, os novos investimentos privados no setor poderão ultrapassar a cifra de R\$ 22,6 bilhões em 2021, somando os segmentos de geração distribuída e centralizada (grandes usinas solares).

Pela análise da ABSOLAR, serão adicionados mais de 4,9 gigawatts (GW) de potência instalada, somando as usinas de grande porte e os sistemas distribuídos em telhados, fachadas e pequenos terrenos. Isso representará um crescimento de mais de 68% sobre a capacidade instalada atual do País, hoje em 7,5 GW. As perspectivas para o setor são de chegar ao final de 2021 com um total acumulado de mais de 377 mil empregos no Brasil desde 2012, distribuídos entre todos os elos produtivos do setor.

A maior parcela destes postos de trabalho deverá vir do segmento de geração distribuída, que serão responsáveis por mais de 118 mil empregos neste ano. Dos R\$ 22,6 bilhões de investimentos previstos para este ano, a geração distribuída corresponderá a cerca de R\$ 17,2 bilhões. Para a geração distribuída solar fotovoltaica, a ABSOLAR projeta

um crescimento de 90% frente ao total já instalado até 2020, passando de 4,4 GW para 8,3 GW. Já no segmento de usinas solares de grande porte, o crescimento previsto será de 37%, saindo dos atuais 3,1 GW para 4,2 GW.

A entidade projeta, ainda, que o setor solar fotovoltaico brasileiro será responsável por um aumento líquido na arrecadação dos governos federal, estaduais e municipais de mais de R\$ 6,7 bilhões este ano. Isso contribui para o fortalecimento dos orçamentos públicos e a prestação de melhores serviços para a sociedade brasileira. O valor já contabiliza a economia dos consumidores em suas contas de eletricidade, mostrando que o benefício econômico do setor é favorável também para o poder público.

O Brasil possui mais de 350 mil sistemas solares fotovoltaicos conectados à rede, trazendo economia e sustentabilidade a cerca de 450 mil unidades consumidoras. Ela está presente em todos os Estados brasileiros, sendo os 5 maiores em potência instalada, respectivamente: Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso e Paraná.

“Embora tenha avançado nos últimos anos, o Brasil – detentor de um dos melhores recursos solares do planeta – continua com um mercado solar ainda pequeno e muito aquém de seu potencial. Há mais de 85 milhões de consumidores de energia elétrica no País, porém apenas 0,5% faz uso do sol para pro-

duzir eletricidade”, afirma Ronaldo Koloszuk, presidente do Conselho de Administração da ABSOLAR.

DESAFIOS E GARGALOS

Para a vice-presidente da ABSOLAR, Bárbara Rubim, um dos desafios para um crescimento mais acelerado do uso da energia fotovoltaica no Brasil refere-se à dinâmica de políticas públicas. Alguns estados, como Minas Gerais, é líder histórico no setor na produção instalada, por uma decisão política de incentivo tributário aos empreendimentos. “Isso contribuiu para que grandes parques se instalassem lá. São Paulo tem forte predominância por uma questão cultural do consumidor e o Rio Grande do Sul se posiciona como um indutor ao fomento do cooperativismo e do cuidado com o meio ambiente. São estados que estão na linha de frente na produção, apesar de o Nordeste ter um excelente nível de irradiação solar”.

Na avaliação da executiva, falta ainda aos estados e municípios nordestinos mais incentivos públicos ao setor. “Ceará vem desenvolvendo projetos com um novo olhar. Também identificamos que os consumidores têm buscado mais a energia solar como uma alternativa para seu consumo”, avalia Rubim.



Bahia, de energia fóssil para um dos players de fontes renováveis

Com 311 projetos eólicos na Bahia, sendo 185 em operação (4.691MW), 56 projetos em construção (1.352MW) e 70 (2.250MW) terão a construção finalizada até 2025 respeitando a data de entrega da energia a ser gerada, o estado desponta como um dos líderes do País, com investimentos de R\$ 31,7 bilhões.

A média de empregos é de 15 empregos gerados por MW em toda a cadeia produtiva, portanto mais de 70 mil postos foram gerados nos 185 empreendimentos em operação e mais de 50 mil serão gerados com a construção dos 126 projetos, sendo 50% desses empregos são gerados na fase de construção dos empreendimentos.

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, 38 municípios baianos são beneficiados, principalmente na região semiárida do estado onde se concentra o melhor potencial eólico e proporcionando a interiorização do desenvolvimento. Os três municípios com mais projetos estão no sudoeste baiano: Sento Sé: com 58 projetos e 1.513 MW, Morro do Chapéu: com 33 projetos e 904 MW e Campo Formoso: com 26 projetos e 805 MW.

Para agregar valor à produção instalada, o Estado ainda mantém um cinturão de grandes fornecedores de insumos

para o setor. A cadeia produtiva consolidada gera mais de 3 mil empregos nas unidades industriais dos principais fabricantes de equipamentos do setor: Aerogeradores (GE/Alstom, Nordex/Acciona e Gamesa) e Torres (Torres Eólicas do Nordeste, Torrebrás e Wobben).

"A Bahia caminha para se tornar uma potência ainda maior do que já é. Energias Renováveis é o futuro, e a Bahia está na vanguarda neste segmento, seja na atração de novos negócios, seja na consolidação deste potencial", afirma o vice-governador João Leão, secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia.

O Estado disputa cada MW no ranking estadual de produção eólica com o Rio Grande do Norte, atual líder segundo a ABEEólica. No entanto, para o vice-governador João Leão a Bahia é líder na geração de energia eólica e solar no País.

"Em 2020, o estado foi responsável por 29,5% de toda energia gerada pela fonte, já solar por 31,7%. Juntos, os 215 parques eólicos e solares em operação já investiram mais de R\$ 3,9 bilhões e

geraram mais de 61,6 mil empregos, em especial, na região semiárida da Bahia. Até 2025, 186 novos parques de energias renováveis vão injetar mais de R\$ 21,7 bilhões no estado e criar mais de 120,3 mil novas vagas de trabalho", declarou Leão.

ENERGIA SOLAR NA BAHIA É IMPULSIONADA PELA GERAÇÃO DISTRIBUÍDA

A Bahia possui um alto potencial de geração com excelentes níveis de radiação, além de possuir uma ampla área para instalação de usinas na região do semiárido. Em 2020 o estado foi responsável por 31,7% de toda energia gerada pela fonte. Com 90 Projetos na Bahia (conforme informações da ANEEL), o Estado mantém 30 em operação (780 MW), 5 em construção (273 MW) e 55 (1.939 MW) terão a construção finalizada até

2024, com investimento total de R\$ 12,5 bilhões.

Dos municípios baianos beneficiados com projetos de energia fotovoltaica quase todos estão localizados na região semiárida do Estado, com maior densidade em Juazeiro, com 30 projetos (965 MW), Oliveira dos Brejinhos com 8 projetos (387 MW) e Bom Jesus da Lapa com 14 projetos (362 MW). A média é de 30 empregos gerados por MW, conforme informações da ABSOLAR, em toda a cadeia produtiva (equipamentos, construção, operação e manutenção). Como o estado não possui cadeia produtiva

instalada os empregos gerados são os diretos na fase de construção dos empreendimentos. Portanto, aproximadamente 10.200 postos já foram gerados na construção dos 30 projetos que já estão em operação e mais de 28.000 estão previstos.

SOLAR DISTRIBUÍDA

Com grande potencial para geração distribuída (microgeração, até 75 kW, e minigeração, até 5 MW), na qual os painéis são instalados em residências e

prédios comerciais, a Bahia desponta nesse setor. Somente na área residencial, o potencial de geração distribuída é 4,4 vezes maior que o consumo existente de energia elétrica residencial. São 15.525 empreendimentos de micro e mini geração distribuída, totalizando 167 MW e 18.227 unidades consumidoras que recebem os créditos dos projetos, conforme dados da Aneel, de fevereiro deste ano. 📍

Parques eólicos impulsionam investimentos em território baiano



Instalações Enel Green Power, em Bom Jesus da Lapa, Bahia

O IMPACTO ECONÔMICO-SOCIAL DO BNB

Para onde e como se efetivam investimentos para superar efeitos da crise

Por **WALTER SANTOS** e **LUCIANA LEÃO**

Há desde 2020 um cenário econômico preocupante nos Estados envolvidos com a estrutura territorial da Sudene sob efeitos danosos da COVID - 19 afetando duramente a realidade das empresas e em especial no contexto social de muitos dramas produzidos pelo desemprego e a falta de renda. Esta é a realidade que invoca a importância do BNB - Banco do Nordeste do Brasil - a agir fortemente para arrefecer a grave crise e dar sequência de políticas econômicas voltadas para a superação.

Projeções econômicas recentes apontam que 2021 será um ano de transição, mas de crescimento, mesmo diante de tantos desafios ainda pela frente, por conta da Covid-19. Apesar disso, as expectativas de instituições como Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial (Bird) apontam crescimento que variam de 4,0%(Bird);4,2%(OCDE) e 5,5%(FMI).

No Brasil, a previsão também é de crescimento do PIB, variando entre 2,6% e 3,6%, segundo agências internacionais, e chegando a 3,8% de acordo com o nosso Banco Central.

A Revista NORDESTE traz nesta edição uma entrevista exclusiva com o presidente do Banco do Nordeste, Romildo Carneiro Rolim, que nos revela os planos da instituição para 2021.

Revista NORDESTE - O que o Banco do Nordeste traçou como linha mestra em 2021 para dar mais capilaridade aos financiamentos aos setores produtivos nordestinos?

Romildo Rolim - Na missão de atuar como o banco de desenvolvimento da Região Nordeste e do Norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, o BNB busca suprir grande parcela da lacuna referente ao crédito, especialmente por meio do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). O objetivo é contribuir para a transformação do cenário econômico regional, favorecendo a redução das desigualdades econômicas, espaciais e sociais. Por isso, as linhas de financiamento setoriais e multisetoriais, no âmbito do FNE, apoiam empreendimentos rurais e urbanos de todos os portes, desde agricultores familiares e microempreendedores individuais até empreendimentos de infraestrutura. Com efeito, todos são fundamentais ao acúmulo de um plano de crescimento e de atração de investimentos à Região, desdobrando-se ao apoio de pessoas naturais, a exemplo de estudantes, por meio da linha FNE P-Fies, de mini e micro geradores de energia fotovoltaica na linha FNE Sol, e até microempreendedores urbanos beneficiários da linha FNE PNMPO (Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado).

NORDESTE - Onde neste contexto conjuntural entra o fator competitividade empresarial?

Romildo Rolim - A partir do desafio de estar aderente à competitividade empresarial e atuante nos nichos mais modernos de crédito, o FNE oferece ainda opções para o financiamento de projetos de inovação (FNE Inovação) e para startups (FNE Startups), bem como para linhas voltadas ao segmento verde (FNE Verde), ao uso eficiente de recursos hídricos (FNE Água) e ao segmento da Saúde (pessoas jurídicas prestadoras de serviços e indústrias contido no Complexo Econômico Industrial da Saúde - CEIS). A partir de todas essas opções de apoio financeiro por meio do FNE, associadas à atuação de fontes de recursos complementares e por ações e metodologias desenvolvimentistas, a exemplo da atuação do Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter) e do Agente de Desenvolvimento, inclusive no apoio e na sinergia junto a outras Iniciativas Federais (Agronordeste e Programa Rotas da Integração), do microcrédito orientado no meio rural (Agroamigo) e do Hub de Inovação do Nordeste, o BNB tem mantido sua presença em todos os 1990 municípios abrangidos pela área de atuação da Sudene e elevado, especialmente, em 2020, o seu nível de cobertura em múltiplas operações, por município, com recursos do FNE.

NORDESTE: Em 2020, o Banco do Nordeste investiu R\$ 39,8 bilhões na sua área de atuação. Os resultados incluem R\$ 25,8 bilhões aplicados com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), por meio de mais de 774 mil operações de crédito, que



Romildo Rolim: presidente do BNB avalia cenários e projeta medidas para atender demandas

beneficiaram empreendedores de todos os portes. Qual a expectativa do orçamento para 2021? Haverá cortes no orçamento?

Romildo Rolim - As aplicações previstas no Planejamento Estratégico do BNB para 2021 somam R\$ 42,27 bilhões, 5,5% superior ao volume aplicado em 2020, que alcançaram R\$ 40,07 bilhões.

Nordeste - Do total aplicado na região, R\$ 12,1 bilhões chegaram a microempreendedores urbanos por meio do programa Crediamigo. Essa tendência permanecerá, ou o BNB pretende dar mais fôlego a esse segmento?

Romildo Rolim - A tendência de crescimento é permanente. Desde sua criação, em 1997, o Crediami-

go registra, ano após ano, sucessivos recordes de aplicação de recursos direcionados a microempreendedores urbanos. Os resultados são fruto da importância fundamental que o Banco dá às microfinanças, o que consolidou o Crediamigo como o maior programa de microcrédito da América do Sul. Hoje, mais de dois terços do saldo aplicado em microcrédito produtivo orientado no Brasil é aplicado por meio do Banco do Nordeste. O BNB opera o microcrédito como ferramenta poderosa de desenvolvimento socioeconômico, e, como banco de desenvolvimento, estabelece o microcrédito como prioridade. Essa priorização está galvanizada em uma das diretrizes estratégicas da Instituição, que prevê ampliar ainda mais sua liderança no setor, levando o microcrédito a um número cada vez maior de microempreendedores brasileiros. De modo que, dessa forma, o BNB pretende dar cada vez mais fôlego a esse segmento. Este ano, por exemplo, o Banco pretende injetar na economia regional mais de R\$ 14,5 bi e atender mais de um 500 mil novos empreendedores.

Nordeste - É de conhecimento que a região do semiárido nordestino sobrevive de ações pontuais dos governos. Como se dará a política para essa região considerada a maior do mundo?

Romildo Rolim - Embora ainda caracterizada por padrão de desenvolvimento inferior a de outros subespaços regionais, a Sub-região Semiárida vem apresentando evoluções em sua dinâmica econômica, especialmente em se tratando de alguns municípios considerados polos irradiadores de externalidades positivas, em virtude de suas

influências em outros municípios menores do entorno. A política de crédito do FNE garante algumas situações de direcionamento prioritário ao Semiárido, a exemplo de maiores níveis de alavancagem de projetos de financiamento, maior limite de financiamento para capital de giro, encargos financeiros reduzidos por ocasião da incidência do redutor Fator Localização (FL), do qual é beneficiária parte dos municípios localizados nesse espaço, além de itens de financiamento específicos e exceções a vedações no âmbito dessa fonte de recursos. Destaque-se o direcionamento obrigatório de pelo menos 50% dos ingressos anuais de recursos a essa porção do território regional, o que, em 2020, representou R\$ 5,1 bilhões. Apenas via FNE, o BNB aplicou cerca de R\$ 14,1 bilhões no Semiárido, superando a marca mínima em 276,3%, e respondendo por cerca de 54,5% do total financiado por essa fonte. Para 2021, está prevista a aplicação mínima de R\$ 7,1 bilhões, esperando-se performance similar à de 2020, para o que contribuirão as ações relacionadas à organização de cadeias produtivas desempenhadas pelo Prodeter, com atuação do Agente de Desenvolvimento. Sobretudo nos municípios em que não há agências físicas da Instituição, há o advento das agências itinerantes, destacando-se a integração e orientação características dessas ações, aliadas à capacitação, inovação tecnológica, articulação de políticas públicas, estratégias associativas, bem com assistência técnica e gerencial, entre outros fatores imprescindíveis ao Semiárido.

Nordeste - Os setores de energia renovável (eólica e solar) vêm atraindo grandes investimentos para o Nordeste, pela sua própria e natural vocação, com sol e vento praticamente o ano todo. Quais empreendimentos o BNB vem apoiando e em que Estados?

Romildo Rolim - O Banco do Nor-

deste opera com linhas de crédito para investimento em Energias Renováveis e eficiência energética direcionadas a empresas (pessoa jurídica), produtores rurais ou a pessoas físicas. O FNE Verde, atualmente, é o programa de referência, atuando desde operações de infraestrutura (FNE Verde Infraestrutura) até a mini e micro geração de energia fotovoltaica a pessoas físicas (FNE SOL). No período de 2016 a 2020, foram aplicados R\$ 13,4 bilhões em infraestrutura de Energia Eólica e R\$ 5,4 bilhões em Infraestrutura de Energia Fotovoltaica, abrangendo toda a área de atuação do Banco. No mesmo período, foi contratado o montante de R\$ 642,9 milhões, por meio de 9.176 operações, para financiamento da micro e minigeração distribuída de energia por fontes renováveis. Somente em 2020, foram investidos R\$ 264,1 milhões, por meio de 4.548 operações, o que demonstra a evolução demonstrada pelo apoio do BNB ao segmento.

Nordeste: O que esperar do setor de Turismo nos nove Estados em tempo de pandemia e como o BNB contribui?

Romildo Rolim - As atividades que mais tiveram o desempenho afetado no setor de turismo são aquelas relacionadas às atividades presenciais e ao consumo das famílias, como bares e restaurantes, serviços de bufê, hotéis, transporte aéreo e rodoviário e locação de automóveis. A perspectiva para o setor, segundo levantamento realizado pelo BNB, por meio do seu Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), que utilizou dados do Relatório da Rede Brasileira de Observatórios de Turismo (RBOT), é de que baixas financeiras provocadas no contexto da pandemia da Covid-19 podem iniciar a recuperação ainda este ano, conforme a evolução dos controles relacionados à pandemia estiverem em patamares efetivos.



NORDESTE - E como banco age efetivamente?

Romildo Rolim - Para contribuir com o setor, o Banco do Nordeste opera com as linhas FNE MPE Turismo e FNE Proatur, ambas no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, voltadas ao financiamento de bens de capital e implantação, modernização, reforma, realocação ou ampliação de empreendimentos do setor de turismo (pessoas jurídicas de direito privado e empresários registrados na junta comercial, além de microempreendedores individuais), inclusive capital de giro, de acordo com o porte da empresa.

NORDESTE - Que inovações o BNB atrai nestes tempos de retração econômica?

Romildo Rolim - Entre as inversões financiadas pelo Banco estão shoppings e outlets nas cidades pertencentes às Rotas Estratégicas do Turismo (MTur), gastos com construção, aquisições de veículos necessários à atividade, embarcações utilizadas no transporte turístico de passageiros, meios de hospedagem, gastos gerais relacionados ao funcionamento desses empreendimentos, dentre outros itens. O Banco formalizou, ainda, o credenciamento no Ministério do Turismo visando ofertar linha de financiamento com recursos do Fundo Geral do Turismo (Fungetur). É mais um apoio ao segmento, na conjuntura da pandemia, de modo a ampliar e facilitar o acesso a mais uma linha de crédito aos empreendedores, garantindo o alinhamento com as iniciativas desenvolvidas no País. As trata-

tivas estão sendo desenvolvidas para efetiva operacionalização no início do segundo trimestre de 2021.

NORDESTE - Qual o volume de aporte total?

Romildo Rolim - Neste exercício, o Banco prevê disponibilizar à demanda setorial do turismo montante de R\$ 700 milhões com recursos do FNE e de R\$ 500 milhões com recursos do Fungetur, somando a importância aproximada de 1,2 bilhão, distribuídos em toda a área de atuação da Sudene, os 9 estados da região nordeste, norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Destaca-se, também, o Programa de Desenvolvimento Territorial do Banco do Nordeste (Prodeter), com perspectivas de implantar ao longo de 2021 e 2022, ações focadas em diver-

sas regiões vocacionadas para o turismo, trabalhando junto a parceiros na organização e no fortalecimento da cadeia produtiva sob vários aspectos, inclusive com Planos de Desenvolvimento Territorial construídos, onde se trabalha a organização, o planejamento e o conhecimento dos equipamentos turísticos urbanos e sua integração e interação com as atividades do campo. Nesse contexto, importa mencionar exemplo recente no Estado do Ceará, onde a parceria formada com a Câmara Setorial de Turismo e Eventos do Ceará, em 2020, contribuiu de modo exitoso para o incremento das contratações no setor de turismo nesse estado.

Nordeste - Qual o papel do BNB para impactar mais na área de Tecnologia & Inovação levando em conta os polos existentes na Região, que são referência para o Brasil e para o mundo?

Romildo Rolim - O principal recurso aportado pelo Banco do Nordeste na aceleração do processo de desenvolvimento tecnológico e de inovação das empresas, com ênfase na difusão e na promoção da eficiência e da competitividade, é representado pelos programas de crédito do FNE, a exemplo de FNE Inovação, FNE Sol, FNE Água, dentre outros. Nos últimos 5 anos, o montante de crédito para financiar inovação chegou a R\$ 2,8 bilhões, com previsão de R\$ 372,6 milhões para 2021.

NORDESTE - Mais especificamente o que tem sido feito na área de TI...

Romildo Rolim - Outra iniciativa relevante do Banco do Nordeste para fomentar a inovação no segmento de startups foi a criação do Hub de Inovação, com três espaços de Coworking em Fortaleza, Recife e Salvador. Mais de 40 startups foram apoiadas pelo Hub de Inovação nos processos de acesso a investidores e a mercado. 📍

ANO DE 2021 AINDA SERÁ DE “RESSACA”, COM PROJEÇÕES TÍMIDAS DE CRESCIMENTO

Avaliações econômicas de especialistas da CEPLAN indicam condicionantes para a recuperação dependendo dos índices de diversos fatores

Por **LUCIANA LEÃO**

2021 será um ano de transição, sem grandes efeitos positivos na economia brasileira, nem tão pouco na do Nordeste. O período ainda será marcado por incertezas, diante da pandemia, na esperança do avanço do processo de imunização e a redução das restrições, e dependerá efetivamente de políticas públicas capitaneadas pelo Governo Federal, quais sejam manutenção de taxa básica de juros em 2%; esforço do Banco Central para manter um ambiente estável com estímulo fiscal e financeiro, além de incentivo econômico para a manutenção do nível de emprego.

Essas foram algumas das projeções feitas por economistas da Ceplan Consultoria em estudo apresentado no último dia 3, na sede da Federação das Indústrias de Pernambuco (Fiepe), no Recife, por meio de uma Live transmitida pelo canal YouTube da instituição,

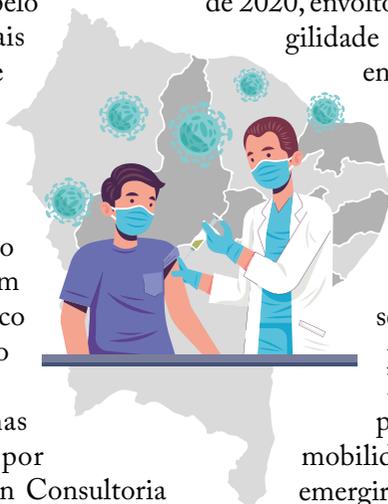
numa parceria com o Movimento Econômico.

Mesmo com projeções otimistas para 2021 para o crescimento do PIB, variando entre 2,6% e 3,6%, segundo agências internacionais, e chegando a 3,8% de acordo com o Banco Central, para o economista Jorge Jatobá, 2021 continuará com uma “ressaca” de 2020, envolto num período de fragilidade econômica e de alto endividamento do setor público.

“Só podemos acreditar numa melhora caso aconteça uma recuperação que favoreça o setor de serviços, responsável por 70% do PIB brasileiro, e que precisa da retomada da mobilidade de pessoas para emergir”, avaliou Jatobá.

CENÁRIO NEBULOSO

Sem espaço para risco na economia, o primeiro semestre de 2021 será pior que o segundo semestre de 2020.



Jorge Jatobá: efeitos da Pandemia ainda permanecem fortes

“Será um ano de transição. Vamos ter que observar outras variantes como o período pré-eleitoral. Um ano recessivo similar aos anos de 2015 e 2016” prevê o economista Jorge Jatobá, numa perspectiva do cenário nacional.

Junto a esse cenário agrava-se a situação do País, de acordo com Jatobá, a partir do crescimento sem controle da dívida pública, que deve se aproximar

dos R\$ 5,3 a R\$ 5,8 trilhões em 2021. “A situação é complicada”.

Além disso, avalia Jatobá, se não bastassem os efeitos devastadores sobre a saúde, a pandemia ainda irá desacelerar o crescimento potencial da economia, dificultando a redução da miséria, onde ainda se encontram 27 milhões de pessoas ou 12,8% da nossa população.

“É preciso que haja um esforço em

torno das reformas tributária, administrativa para a melhoria do ambiente econômico no médio e longo prazos. No curto prazo, se ocorrer frustração com as reformas pode deteriorar expectativas comprometendo metas de inflação, juros e câmbio, além de aumentar a capacidade ociosa da economia”, disse.

“Tudo vai depender da agilidade

diante da vacinação contra a Covid-19. Isso porque estados, municípios, empresas dependem de um ambiente de negócios otimista para dar prosseguimento aos seus investimentos”, complementou Jatobá, sugerindo que investimentos públicos poderiam ser excluídos do teto fiscal, estabelecendo um limite, o que poderia multiplicar emprego e renda no País.

O Nordeste diante da incerteza

Para os nove estados que compõem a Região Nordeste a situação não deve ser outra, ou até mesmo pior, se considerarmos a queda bruta do setor de serviços, avaliou o economista-chefe do Banco do Nordeste, Luiz Esteves. Ele acredita que a retomada pode ocorrer caso ocorra um incremento no segmento de turismo de negócios, atualmente impedido de realizar qualquer tipo de evento, por conta da pandemia.

“A partir de 2020 tivemos um choque adverso que afetou segmentos da economia de aglomeração, como o turismo de negócios. O distanciamento social, os lockdowns pesaram mais que em outros setores como a Agricultura”, observa.

Para Esteves, países emergentes

como o Brasil só deverão atingir a imunidade comunitária no primeiro semestre de 2022 e, assim, ainda devemos passar 2021 com muita discussão sobre a Covid-19 e possibilidades de regras mais severas de distanciamento - o que sai caro para o turismo e todo o setor de serviços.

As medidas de enfrentamento e mitigação dos problemas da pandemia ainda não estão definidas para este ano, mas, segundo ele, o BNB contribuiu com recursos importantes para o Nordeste em 2020. Foram aplicados um total de R\$39,8 bilhões; R\$ 25,8 bilhões do FNE; R\$ 12,1 bilhões do Crediamigo-Microcrédito para a região urbana; e R\$ 4,6 bilhões do fundo constitucional para a pequena empresa. Para 2021, o BNB conta com R\$

24,1 bilhões do Fundo Constitucional e, mais uma vez, dará prioridade a micro e pequena.



Experts em análises, Tânia Bacelar e Luis Esteves avaliam conjunta inserindo o Nordeste



Taxas do emprego ainda de mantêm elevadas

PERNAMBUCO E BAHIA

Pernambuco e Bahia, entre os Estados do Nordeste, foram os que mais registraram perdas substanciais na economia. Bahia registrou a maior taxa de desemprego, fechando o ano com 20,7%, seguido de Pernambuco, com 18,8%. Enquanto que no Ceará teve índices melhores que a média nacional, com 14,1%, contra 14,6% da média Brasil e 17,9% em toda a Região Nordeste.

Seguindo a mesma tendência, a massa de rendimentos do trabalho tem maior redução entre as principais economias do Nordeste: CE com -8,0, PE fechou com -10,0 e BA com -2,9, e muito maior que a média nacional, que ficou negativo em 2,6, contra -6,9 de todo o Nordeste. “As principais razões foram o grande desemprego registrado e o aumento da economia informal”, avaliou a economista Tânia Bacelar.

São resultados associados às perdas no volume de vendas dos serviços, o setor mais atingido na região e em Pernambuco, onde emprega 60% dos

trabalhadores formais. No acumulado de janeiro a novembro de 2020, em relação ao mesmo período de 2019, elas chegaram a 16,0% na Bahia, a 13,4% em Pernambuco e a 14,4% no Ceará, praticamente empatado com o índice regional de 14,2%.

Durante a pandemia a retração da atividade econômica se verificou entre abril e novembro de 2020, com pico de -14,8% em maio até fechar dezembro em -4,2%. Mesmo assim, apenas as regiões Sudeste e Nordeste deixaram de crescer. Em 2021, na opinião do economista Jorge Jatobá, é a velocidade da vacinação, reduzindo os níveis de contágio pelo coronavírus e permitindo a volta das atividades presenciais, que dará fôlego à retomada na indústria e nos serviços.

PROJEÇÕES PELO MUNDO

Como dito anteriormente, os efeitos na economia irão depender, porém, das características estruturais de cada região, mas a expectativa é de que 2021 será de crescimento, ao contrário

de 2020, ano de queda generalizada em todo o mundo. Segundo o Banco Mundial (Bird), no ano passado, o Produto Interno Bruto (PIB) caiu -4,3%; para a OCDE foi -4,2% e a estimativa de queda do Fundo Monetário Internacional (FMI) é de -3,5%.

Para 2021, as projeções de crescimento variam entre 5,5% (FMI); 4,2% (OCDE) e 4,0% (Bird) apontando uma significativa reação da China, dos países de Economia Avançada e dos Emergentes e em Desenvolvimento. Ao contrário de 2020, o comércio internacional também crescerá a taxas relevantes em 2021.

Pela previsão do Bird, o PIB da Índia irá aumentar 11,5% este ano, percentual muito acima da maioria dos países, e superior à elevação de 8,1% projetada pelo banco para a China. “Mas a consultoria britânica CEBR prevê que a economia chinesa ultrapassará a dos Estados Unidos até 2028, cinco anos antes do que era esperado”, diz Paulo Guimarães, responsável pela apresentação do cenário mundial da Análise Ceplan. 📌

Governos do Nordeste implantam 1ª Câmara Temática para atender alta demanda alimentar à base familiar prospectando saúde e dividendos

Por **WALTER SANTOS** e **EUGÊNIO PEIXOTO**



A AGRICULTURA FAMILIAR COMO REFORÇO DO CONSÓRCIO PARA A AUTOSSUSTENTABILIDADE

O Nordeste brasileiro convive com nova realidade no campo da representação dos Estados desde que nos últimos anos se consolidou a formalização legal do Consórcio Nordeste, atualmente presidido pelo governador do Piauí, Wellington Dias, projetando 18 projetos estruturantes voltados ao crescimento conjunto da região.

De todos, há que se distinguir a efetivação da primeira Câmara de Agricultura Familiar já instalada e sob coordenação do Secretário de Desenvolvimento Agrário do Ceará, Assis Diniz tendo como suplente Josias Gomes, Secretário de Desenvolvimento Rural da Bahia.

Leve-se em conta que "a agricultura

familiar cumpre um importante papel no Nordeste. Quase a metade das unidades produtivas familiares (UPF) do país, 47,18%, está na região, conforme o gráfico a seguir".

Segundo argumenta, "é importante sua participação na economia regional. O peso do PRONAF na composição do volume total de recursos de crédito rural acessados na região em 2019, foi de 24,83%, a maior do país, quase um quarto do valor total, enquanto a média nacional é de 14,54%".

PROTAGONISMO

Para a Câmara, "a criação do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste deu um novo protagonismo político aos

governadores da região. A inovadora proposta de compartilhamento coordenado dos recursos regionais é uma contribuição ousada e importante para a cultura política brasileira".

De acordo com o conjunto dos estados, as ações e posicionamentos articuladas pelo Consórcio tem repercutido de forma bastante positiva no país e no exterior, qualificando o debate nacional sobre as reais demandas da sociedade e o desenho de políticas públicas adequadas à sua satisfação.

A ESTRUTURA

Para qualificar ainda mais suas ações, o Consórcio criou Câmaras Temáticas, espaços de articulação e coordenação da ação regional sobre os

eixos de política pública priorizados pelos Estados. A primeira Câmara instalada foi a da Agricultura Familiar, por conta da trajetória e do acúmulo do Fórum dos Gestores e Gestoras da Agricultura Familiar do Nordeste. Seu coordenador é o Secretário de Desenvolvimento Agrário do Ceará, de Assis Diniz, e o suplente é Josias Gomes, Secretário de Desenvolvimento Rural da Bahia.

ALIMENTOS SAUDÁVEIS

- Segundo a Câmara, as diretrizes estratégicas do Consórcio Nordeste para a Agricultura Familiar da Região estão sintetizadas no Programa de Alimentos Saudáveis do Nordeste – PAS/NE, aprovado pela Assembleia dos Governadores no dia 31 de julho de 2020.

A proposta do PAS/NE é articular as compras públicas estaduais de alimentos saudáveis oriundos da agricultura familiar, da sociobiodiversidade e da pesca artesanal, atendendo prioritariamente as demandas emergenciais das parcelas da população em situação de vulnerabilidade social, instituindo Programas Estaduais de Compras Governamentais da Agricultura Familiar.

Conforme ficou decidido, um dos focos do programa é a sanidade dos alimentos oferecidos à população, reforçando a transição agroecológica da agricultura familiar.

Quanto ao PNAE, o Estado do

Rio Grande do Norte, por exemplo, comprou e distribuiu kits com produtos adquiridos da agricultura familiar. Os gestores das duas áreas, educação e agricultura familiar, realizaram, de forma integrada, levantamentos territoriais de demanda e oferta por alimentos saudáveis, facilitando o abastecimento das escolas e a comercialização da produção das famílias.

Na prática, o PAS incorpora esta estratégia e sugere a inclusão das prefeituras e dos movimentos sociais, para planejar o uso integrado dos recursos federais e dos programas estaduais de apoio à comercialização da agricultura familiar.

PLATAFORMA DIGITAL

A partir da experiência do Portal PECAFES, desenvolvido no Rio Grande do Norte, está sendo construído de forma colaborativa e coordenada, sob a supervisão técnica da UERN, o Sistema de Informações da Agricultura Familiar do Nordeste, com o apoio do FIDA, através do Projeto AKSAAM/IPPDS/UFV.

Trata-se de um portal regional de sistematização da oferta de produtos da agricultura familiar existentes na Região Nordeste. Além de facilitar o acesso e qualificar as informações de mercado, agilizará os processos de compras governamentais, fortalecendo as cooperativas e associações da agricultura familiar, dando visibilidade à diversidade dos seus produtos e ao

volume de sua produção. Este instrumento está sendo adotado regionalmente, ressaltadas as especificidades de cada Estado.

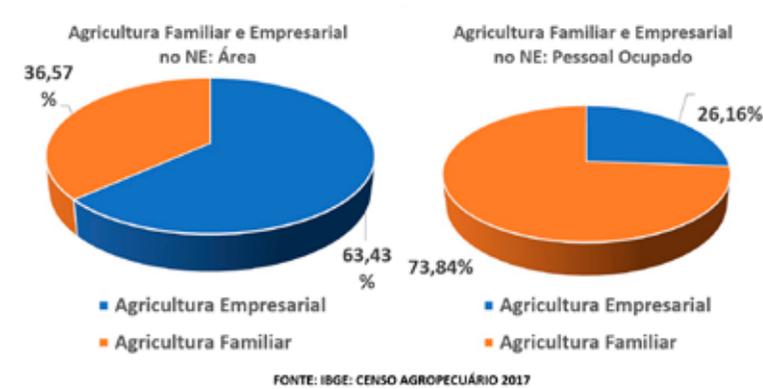
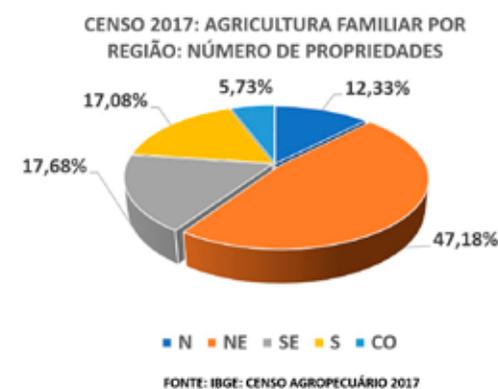
OFERTA DE CRÉDITO

A Câmara propõe e consider ser necessário qualificar os instrumentos de acesso ao crédito, modelando uma oferta de financiamento cada vez mais adequada às distintas realidades da agricultura familiar nordestina.

Por isso, argumenta, estimular a diversificação de propostas e de fontes de recursos, com vistas a ampliar o número de famílias atendidas e elevando, de forma gradual, responsável e sustentável, o financiamento da agricultura familiar regional.

Neste sentido, o Consórcio instituiu uma plataforma regional de investimentos buscando dinamizar e incentivar novas formas e modelos de financiamento e captação de investimentos para Região Nordeste.

Diante do contexto, está articulando recursos de várias fontes, públicas e privadas, para o financiamento de infraestrutura socioprodutiva, promoção da biodiversidade, soberania alimentar e economia criativa em territórios tradicionalmente ocupados. Como exemplo, o BRB está iniciando uma linha de financiamento às cooperativas da agricultura familiar da Região, com um primeiro projeto junto à COMAPI, em Simplicio Mendes-PI.



Cadeias produtivas da agricultura familiar

O trabalho com as cadeias produtivas é uma estratégia de dinamização econômica dos territórios, tendo como ponto de partida o adensamento dos arranjos produtivos locais, numa perspectiva agroecológica, para atingir uma escala que viabilize um investimento estruturante respeitando os hábitos alimentares locais e a tradição de policultura da agricultura familiar.

Conforme definido, as cadeias prioritárias são: apimeliponicultura, aquícultura/pesca artesanal, bovinocultura leiteira, cajucultura, extrativismo, mandiocultura e ovinocaprinocultura. A proposta é identificar a base territorial com afinidade com a atividade, maior produção e acesso ao crédito, levantando as associações e/ou cooperativas de produtor(a)s familiares ativas existentes e interessadas em participar do trabalho. Estas organizações poderão originar uma futura Central de Associações e/ou de Cooperativas, além de estabelecer alianças produtivas com outros setores do setor privado.

OS GARGALOS

Segundo a Câmara, a dificuldade de acesso aos serviços de ATER é um dos grandes gargalos da região. O eixo das ações deve ser a valorização das principais cadeias produtivas da agricultura familiar, da sociobiodiversidade e da economia criativa, voltadas para a produção de alimentos saudáveis, permitindo a implantação de projetos estruturantes nos territórios.

A proposta é instituir uma Rede Regional Nordeste de ATER, formada por redes estaduais que articulem redes nos territórios e municípios, organizando a oferta de suporte



técnico e gerencial às famílias e às suas organizações econômicas. Esta articulação poderia ser iniciada pela configuração de Núcleos de Apoio às Associações e Cooperativas, atuando junto a estas organizações nas áreas de comercialização, acesso ao crédito, em especial para capital de giro, e gestão. Construir, por adesão, Redes de ATER, plurais e multidisciplinares, nos distintos níveis, locais, municipais, territoriais, estaduais e regional.

INTEGRAÇÃO DAS AGÊNCIAS E SELO ARTE

A Câmara observa que a Lei nº 13.680, de 14 de junho de 2018, instituiu o selo ARTE. Os procedimentos para o leite foram regulamentados pelo MAPA, via Decreto 9.918/2019 e a definição das boas práticas na produção de leite, pela Instrução Normativa MAPA 73/2019.

Conforme acescenta, Pernambuco implantou medidas de apoio às

queijarias artesanais, com a regulamentação da Lei 15.607/2015, através do Decreto 46.432/2018. Foram simplificados o licenciamento e a fiscalização sanitária para laticínios de pequeno porte.

A competência para concessão do Selo foi delegada à ADAGRO, pela Portaria SDA Nº 023/2020. Com o marco legal estabelecido, foram capacitadas, em parceria com o Sebrae, queijarias artesanais pernambucanas para obterem o Selo. A partir desta experiência exitosa de Pernambuco, está sendo articulada a criação do Selo Arte – O Sabor Saudável do Nordeste, envolvendo o SEBRAE e a Associação Regional das Agências de Defesa Agropecuárias.



POVOS E COMUNIDADES

Há no processo o entendimento da Câmara de que a prioridade dos Povos e Comunidades Tradicionais é a regularização dos seus territórios ancestrais.

Foi realizado um estudo acerca das normas legais sobre destinação de ter-

ras públicas estaduais a povos e comunidades tradicionais nos Estados do Nordeste. O resultado são Diretrizes Norteadoras para Elaboração de Normativas – Orientações para uma Agenda de Trabalho que estão fundamentando as ações em nível estadual.

Mas a sociobiodiversidade e os ativos ambientais destas comunidades compõem uma base estratégica para processos sustentáveis de inclusão produtiva. A integração da agricultura familiar, da cultura regional, da gastronomia e do turismo. Os saberes ancestrais se materializam na economia criativa, inovando padrões produtivos e de prestação de serviços. As tra-

dições estão presentes na construção do novo. Resgatar e valorizar, nos territórios, as tradições culturais e gastronômicas ligadas às cadeias produtivas da agricultura familiar é um primeiro passo.

SEGURANÇA HÍDRICA E GESTÃO

A proposta para todo Nordeste é executar uma Política de Convivência com o Semiárido, ampliando e fortalecendo as políticas públicas de acesso permanente à água de boa qualidade para o consumo humano.

O foco é viabilizar uma campanha de captação de recursos, via as faturas de água das Empresas de Águas e Saneamento dos Estados do Nordeste, para o financiamento das ações desenvolvidas pela ASA – Articulação do Semiárido Brasileiro, que são referência neste campo, já tendo atendido mais de 1.000.000 famílias no semiárido.

Por fim, há a proposta de mobilizar e impulsionar a solidariedade das famílias e clientes das empresas estatais de água e saneamento, e de colaborar com a melhoria da qualidade de vida de milhares de homens e mulheres, em todo o Semiárido Brasileiro. 🍌

Experiências nos nove estados reforçam a importância do modelo familiar de agricultura no Nordeste com dividendos



FOI UM ANO SEM ÁGUA



O presidente da República, Jair Bolsonaro (sem partido), teve passagem rápida pela Paraíba, nesta sexta-feira (19). Ele aproveitou a ida à Sertânia-PE para acompanhar os testes na estrutura e o enchimento do sistema adutor do Ramal do Agreste do Eixo Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco, e passou por Campina Grande. Na oportunidade, também fez uma visita surpresa ao município de Boqueirão

Eixo Leste da Transposição estava paralisado e volta a bombear

Por LUCIANA LEÃO

Foram 365 dias, que a mais importante obra hídrica do Brasil, a Transposição do Rio São Francisco, ficou sem bombear água para o Estado da Paraíba. Para o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) a suspensão havia sido feita sob argumento de registro volumoso de chuvas ano passado, o que não convence, até hoje, os municípios. Em comunicado oficial, o Ministério do Desenvolvimento Regional voltou a liberar a passagem de água do Eixo Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco para o rio Paraíba, em Monteiro (PB).

A medida atende solicitação feita em 12 de fevereiro pela Secretaria da Infraestrutura, dos Recursos Hídri-

cos e do Meio Ambiente (Seirhma) do estado, que solicitou a liberação emergencial da água.

A ação emergencial, segundo solicitação do Governo da Paraíba justifica-se por duas razões: pela necessidade de perenizar o Rio Paraíba entre Monteiro e a Barragem Boqueirão, viabilizando a captação de água para consumo humano nesse trecho; e para dar continuidade aos testes de comissionamento no lote 1 do Canal Acauã/Araçagi. No momento, a Barragem Acauã encontra-se com apenas 13,78% de sua capacidade, o que é insuficiente para a realização dos testes, de acordo com o Governo do Estado.

Para o MDR, o bombeamento do Projeto São Francisco na região havia sido interrompido no segundo trimestre, já que os reservatórios apresentavam segurança hídrica. Na fase atual, em que a operação comercial não está formalizada, o Projeto São Francisco prioriza situações emergenciais, diz trechos da nota.

A partir da formalização do contrato de operação comercial, a liberação das águas do Projeto deve seguir as regras da Resolução ANA nº 2.333/2017, que estabelece como responsabilidade



dos estados a definição da demanda anual de sua região no Plano Operativo Anual (POA).

EIXO LESTE

Com 97,13% de execução, o Eixo Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco está em pré-operação desde março de 2017, beneficiando 57 municípios, sendo 21 em Pernambuco e 36 na Paraíba. As seis estações de bombeamento estão operacionais (EBV-1, 2, 3, 4, 5 e 6).

O funcionamento do Eixo Leste evitou que a cidade de Campina Grande entrasse em colapso hídrico à época, em função da maior seca já registrada em mais de 100 anos. Também por meio do Eixo Leste, a Adutora do Pajeú (inaugurada em 2020) capta água e atende os distritos e sede dos municípios de Carnaubeira da Penha, São José do Egito, Tuparetama e Itapetim, em Pernambuco, e Princesa Isabel, na Paraíba. Quando totalmente concluído, o Eixo Leste vai beneficiar cerca de 5,5 milhões de pessoas na Paraíba e em Pernambuco.

Já o Eixo Norte, que também inclui os estados do Ceará e Rio Grande do Norte, vai atender cerca de 6,5 milhões de pessoas. O trecho tem previsão de ser finalizado para outubro deste ano, segundo o MDR. No total, serão 12 milhões de moradores beneficiados com as águas do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

Saiba quais municípios podem ser beneficiados com a liberação de água a partir de Monteiro (PB): Alagoa Nova, Alcantil, Amparo, Barra de Santana, Boa Vista, Boqueirão, Cabaceiras, Camalaú, Campina Grande, Caturité, Congo, Coxixola, Cubati, Gurjão, Juazeirinho, Lagoa Seca, Livramento, Matinhas, Oivedos, Ouro Velho, Parari, Pedra Lavrada, Pocinhos, Prata, Queimadas, Riacho de Santo Antônio, Santo André, São João do Cariri, São José dos Cordeiros, São Sebastião de Lagoa de Roça, Seridó, Serra Branca, Soledade, Sossêgo e Sumé. 📍

A VERSÃO DA PARAÍBA NA CRISE HÍDRICA

Presidente da AESA expõe detalhes das políticas em curso na Transposição e anuncia retomada do bombeamento ao Estado

Por **WALTER SANTOS**

O Governo da Paraíba anda atento com os desdobramentos da suspensão do bombeamento do Eixo Leste por força de problemas climáticos, mesmo assim garante que nada tem afetado o abastecimento pelas estratégias hídricas adotadas, revela em Entrevista o presidente da AESA, Porfírio Loureiro. Eis a íntegra a seguir:

Revista NORDESTE - presidente, procede a informação de que, desde de fevereiro de 2020, a Paraíba não recebe uma gota sequer de água através da Transposição?

Porfírio Loureiro - O Eixo Leste do Projeto de Integração do São Francisco - PISF operou emergencialmente para socorrer as cidades do compartimento da Borborema quando o Açude de Boqueirão chegou ao nível de 2,91 %, da sua capacidade, muito inferior ao seu volume morto. Naquela oportunidade foi realizada uma série de operação para evitar o colapso total no abastecimento, principalmente da cidade de Campina Grande. Em específico o Estado da Paraíba, no que lhe competia, em tempo record, realizou os trabalhos de desobstrução e retificação do leito do Rio Paraíba visando acelerar o avanço da água até Boqueirão. O Ministério da Integração Nacional fez os ajustes emergenciais, mesmo antes do comissiona-

mento das estações de bombeamento, assim como ajustes emergenciais em alguns trechos dos canais e, enfim a água chegou ao Portal de Monteiro. Notadamente, após esta exitosa operação o MIN, com o Açude de Boqueirão atingindo um volume estável, retomou às obras para sua conclusão, tendo mantido o canal no modo de pré-operação. Em fevereiro de 2020, em decorrência de um evento crítico com uma precipitação pluviométrica de alta intensidade no município de Custódia-PE, provocou danos no canal antes e depois da estação de bombeamento 06 – EB-6 e também em um poço de visita da galeria em Monteiro. O MDR concluiu as recuperações necessárias e passou a funcionar, novamente, em pré-operação, para atender as adutoras do Agreste Pernambucano que dependem do PISF.

NORDESTE - Como e quando a AESA foi informada da interrupção e seus efeitos danosos às populações que precisam da água?

Porfírio Loureiro – Conforme já exposto, a interrupção do bombeamento foi decorrente de um evento climático. E, em 2020, tivemos recarga dos nossos reservatórios à montante de Boqueirão.

NORDESTE - qual a justificativa da CODEVASF e/ou Ministério do Desenvolvimento Regional para a suspensão do bombeamento de água do estado de Pernambuco para a Paraíba? Qual a previsão de

“MDR INFORMOU QUE NO SEU CRONOGRAMA DE PRÉ-OPERAÇÃO QUE EM JULHO DE 2021 AS ÁGUAS ESTARÃO NO EIXO NORTE”

retorno do fluxo normal de água?

Porfírio Loureiro - Em primeiro plano entende-se que a interrupção foi decorrente de eventos climático já exposto, como também pelo ótimo índice de precipitação pluviométrica verificado na Bacia Hidrográfica no período chuvoso de 2020 que possibilitou a recarga nos reservatórios à montante da Barragem Boqueirão. Entendemos que a água do São Francisco é considerada uma reserva estratégica que nos proporciona uma Segurança Hídrica.

NORDESTE - Como a inspeção técnica da AESA ou CODEVASF tem atuado para impedir que, com longo tempo sem existência de água, possa haver rachaduras?

Porfírio Loureiro - Respondemos pela Agência Executiva de Gestão das Águas – AESA que, obviamente, faz a gestão das águas, sua expertise, a partir da entrada das águas no Portal de Monteiro.

NORDESTE - De que forma a AESA trabalha para manter o manancial



Porfírio Loureiro, da AESA: “Quadro sob controle”

do Cariri a Boqueirão visando impedir que haja colapso de falta de água, por exemplo, em Campina Grande?

Porfírio Loureiro - A AESA, nestes últimos três anos, investiu recursos financeiros no desenvolvimento e implantação de um Sistema de Gestão elaborado através de uma parceria da UFCG que nos facilita a gestão, online, das águas da Paraíba. Diga-se de Passagem, o Sistema de Gestão da AESA hoje é modelo para todos as agências estaduais do Brasil. Especificamente no Rio Paraíba - o Rio da Integração Paraibana - temos 06 (seis) estações automáticas de medição de vazões ao longo do trecho compreendido entre Monteiro e Boqueirão, em pontos estratégicos que possibilitam uma leitura, via internet, com acesso público, a cada 15 minutos. Além do mais, temos comportas nas barragens de São José II, Poções, Camalaú e Boqueirão, todas construídas no leito do Rio, além das Barragens Santo Antônio no município de São Sebastião do Umbuzeiro e a Barragem do Cordeiro no município do Congo,

ambos construídas em sub-bacias tributárias do Paraíba. Todas estas barragens têm comportas que são abertas ou fechadas pela AESA em função das demandas à jusante. O mais interessante, é bom que o público saiba, que todas essas manobras e operações são apreciadas, discutidas e aprovadas, democraticamente pelo Comitê da Bacia Hidrográfica e pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Hoje, conforme pode ser visto no Portal da AESA, www.aesa.pb.gov.br, pode-se ter todas estas informações, assim como podemos ver que o açude São José está com 76,76%, o açude Poções com 56,50%, o Açude Camalaú está com 61,05%, o açude Santo Antônio está com 70,62%, o açude do Cordeiro está com 74,56% e o açude de Boqueirão está com 49,79%. Todas as comportas estão abertas, com exceção do açude Santo Antônio, estão abertas com vazões necessárias para o atendimento às outorgas, assim como a manutenção de uma vazão ecológica para o acolhimento da fauna terrestre, avifauna, meso e microfauna do solo e mata ciliar. O açude de Boqueirão tem hoje um volume suficiente para atender a demanda das cidades abastecidas pela CAGEPA. Além do mais têm-se a segurança hídrica garantida pelo PISF.

NORDESTE - conforme dados da AESA, qual o nível da obra do Eixo Norte da Paraíba em fronteira com Ceará e qual a previsão de entrega para uso das populações?

Porfírio Loureiro - Não obstante ao acidente ocorrido em 2020 na tubulação que conecta com a válvula dispersora do reservatório Jati, no Ceará, que já está resolvido, O MDR informou, no seu cronograma de pré-operação, que em julho de 2021 as águas do São Francisco estarão desaguando na desembocadura do Túnel Cuncas I, daí para o reservatório Boa Vista no município de São José de Piranhas.

O Boa Vista é o maior de todos os reservatórios do PISF (eixo Leste e Eixo Norte). As águas seguem até o Reservatório Caiçara, que já está concluído, de onde deriva para a Barragem Engenheiro Avidos. No Eixo Norte tem outra exterioridade. Por se tratar de uma Bacia Hidrográfica Federal e, como as águas utilizarão o território do Estado da Paraíba como passagem para o abastecimento do Rio Grande do Norte, existirá, necessariamente uma gestão compartilhada entre a Agência Nacional de Águas - ANA, AESA e Instituto de Gestão de Águas do Rio Grande do Norte - IGARN. Além do mais as águas serão represadas em reservatórios Federais, Boa Vista, Caiçara, Engenheiro Avidos e São Gonçalo.

NORDESTE - como a obra é de muita importância para os estados, o Sr. acha que pode haver manipulação política visando retardar a entrega para ficar mais próxima do ano eleitoral, 2022?

Porfírio Loureiro - O Estado da Paraíba já elaborou os Planos Operativos Anuais – POA's para 2021, 2022 e 2023 e encontra-se no MDR, ANA e CODEVASF. Nesses POA's nós quantificamos a vazão e o volume que necessitamos mês a mês, suficiente para atender todas as demandas prioritárias, além dos atendimentos de outros usos (irrigação, piscicultura e carcinicultura e outros) através da necessária Outorga de uso de água que é fornecido pela AESA. Nessa demanda inclui-se a derivação da Barragem Acauã através do Canal das Vertentes Litorâneas da Paraíba. Todas essas demandas são frutos de estudos técnico realizados pela AESA que leva em consideração balanços hídricos mensais dos reservatórios existentes ao longo do Rio Paraíba, além de um cadastro de todos os irrigantes ribeirinhos atualizados constantemente pelo nosso pessoal de campo. 📍



DIRETO DE LISBOA Negócios e Intercâmbio

Rui Coelho

ruicoelho@6graus.pt

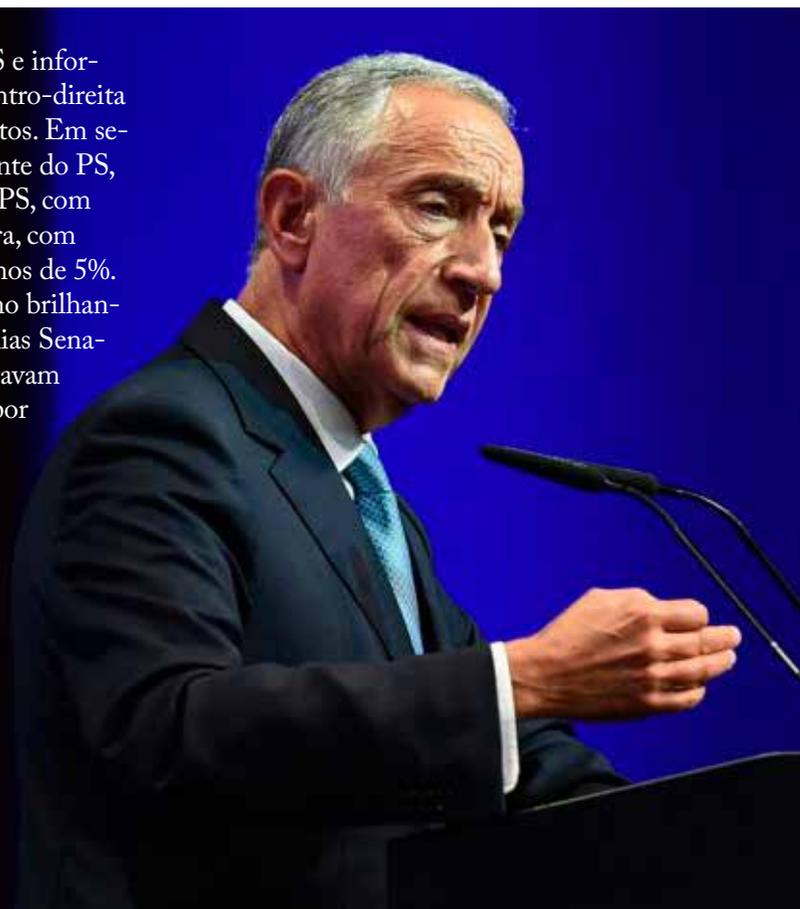
É EXECUTIVO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PRIVADAS

MARCELO REBELO DE SOUSA: O SIGNIFICADO DA REELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE COM FORMAÇÃO E POSTURA DIFERENCIADA

Com o apoio formal do PSD e do CDS e informal do Primeiro-Ministro e da ala centro-direita do PS, Marcelo recebeu 60,7% dos votos. Em segundo lugar ficou Ana Gomes, militante do PS, apoiada pelo PAN, LIVRE e ala esquerda do PS, com 12,97%, em terceiro o populista André Ventura, com 11,9%, seguido de quatro candidatos com menos de 5%.

Filho de um Ministro do Estado Novo, aluno brilhante, Marcelo faz-me lembrar os filhos das famílias Senatoriais Romanas que, desde crianças, se preparavam para liderar Roma. Muito inteligente, fálhou por pouco a Prefeitura de Lisboa, e a liderança do Governo, mas venceu dois referendos e duas eleições à Presidência. Professor Catedrático de Direito, reconhecido comentador televisivo, com fama de dormir pouco e de ser viciado em livros, há muitos anos que anda a cultivar afectos...

Há uns onze anos estava eu numa livraria em Cascais com um dos meus filhos e disse-lhe que podia escolher um livro. Entra o Professor Marcelo e, simpático, troca umas palavras com o miúdo. Quando chegámos à caixa o Professor já tinha pago o livro do meu filho.



UMA ÓPTIMA IDEIA DO CENTRO-OESTE

As exportações de produtos agrícolas da região Centro-Oeste, para a Europa têm de percorrer cerca de 2.000 km por estrada até chegar aos congestionados Portos de Santos ou Paranaguá e embarcar para o Norte da Europa.

Fernando Brites, Presidente da Câmara de Comércio Brasil-Portugal Centro Oeste, quer reduzir consideravelmente o percurso (por terra e por mar), tempo de transporte e armazenamento, aproveitando as hidrovias, rodovias e a Ferrovia Norte-Sul para levar a produção para os portos do

Arco Norte, (Itacoatiara no Amazonas, Santarém e Barcarena no Pará e Itaqui no Maranhão), um percurso de cerca de 800 km. E daí embarcar para o moderno Porto de Sines, em Portugal, que passaria a ser a plataforma dos produtos do Centro-Oeste para a Europa, Médio Oriente e Norte de África.

O projecto foi lançado com a assinatura de um Protocolo com o Porto de Sines e conta com o apoio da Ministra da Agricultura e das Cooperativas do Brasil. Para além da redução de custos e de tempo salienta-se o positivo impacto ambiental desta solução.

PORTUGAL EM ESTADO DE EMERGÊNCIA

As eleições demonstraram, uma vez mais, a incompetência de quem nos governa, incapazes de assegurar a muitos cidadãos a simples, mas “sagrada”, possibilidade de votar. Marcaram as eleições para o pico da pandemia, sem mecanismos, (em pleno século XXI), que facilitassem o voto dos muitos emigrantes e das pessoas obrigadas a ficar em casa. Será que, como os apoiantes do Trump, não acreditam no voto por correspondência?...

O resultado foi uma abstenção de 60,51%, (os votos dos três principais candidatos somados não chegam a 34% dos potenciais votantes). Há di-



taduras com mais apoiantes, mas dificilmente democracias com menos votantes.

E ainda colocaram no topo dos boletins de voto a fotografia a cores de um cidadão, (feito), que não podia concorrer por ter entregado apenas seis assinaturas em vez das necessárias 7.500... Se a moda pega nas próximas eleições temos um boletim cheio de influencers a fazer caretas.

As trapalhadas, as mentiras, a inacção, a má gestão e os erros graves, de Ministros e altos funcionários, sucedem-se a um ritmo vertiginoso. Mais grave ainda, a gestão da crise pandémica mostra Portugal como o país onde morrem mais pessoas por mi-

lhão de habitantes. A descrença, a raiva e a extrema direita, (que não existia), crescem. Marcelo não põe o Governo na ordem, encolhe os ombros e diz que nada pode fazer pois não há alternativa na oposição.

A reeleição pode ser um momento de inflexão. Caso contrário, e também por não conseguir reformar o Estado/Regime, Marcelo Rebelo de Sousa arrisca-se a ser o coveiro da Democracia, tal como, (o Padrinho dos seus pais), Marcelo Caetano, foi o coveiro do Estado Novo.

CHEGAM A LISBOA EXCELENTE NOTÍCIAS DO BRASIL: NASCE UM ECOSISTEMA EM JOÃO PESSOA

O Governo da Paraíba, em sintonia com o novo Prefeito Cícero Lucena, liderou e deu o primeiro passo com a desapropriação do Colégio Nossa Senhora das Neves, para nele instalar um Parque Tecnológico. Agora surgem notícias de um movimento de empresários que se candidata à Direcção da Associação Comercial da Paraíba para dinamizar essa centenária instituição. Hoje com apenas 70 associados...

Sinais muito positivos da criação de um ecossistema de inovação que pode promover a criação de emprego, conhecimento e riqueza, a retenção e atracção de talento e a revitalização do Centro Histórico de João Pessoa.



MUITOS PARABÉNS E BOA SORTE CARLOS TAVARES

É Português, engenheiro e tem 62 anos. Em 2013, saiu da Renault, onde tinha subido na hierarquia até chegar a número dois, e assumiu a liderança da Peugeot Citroen que, nessa altura, estava quase falida. Salvou a empresa e agora conseguiu a fusão com a Fiat Chrysler, passando a liderar o quarto maior grupo do sector automóvel, com cerca de 400 mil funcionários, fábricas em 30 países e 14 marcas.

No lançamento do novo grupo anunciou querer “ser ótimo para além de grande” e não pretender fechar fábricas, despedir funcionários ou acabar com marcas. Objectivos nobres e ambiciosos, mas difíceis de atingir num sector que atravessa grandes mudanças.

TAÇA DOS LIBERTADORES DA AMÉRICA OUTRA VEZ LUSO-BRASILEIRA

No ano passado foi Jorge Jesus, com o Flamengo. Agora foi o treinador Abel Ferreira a vencer a Taça dos Libertadores, com o Palmeiras. A parceria Luso-Brasileira parece ser segredo de sucesso.





O BRASIL VISTO DE PORTUGAL
Atualidade & Futuro
César Rocha
 cesar@wcomportugal.com

É JORNALISTA E SÓCIO DA CAISNOVO ESTRATÉGIA E CONTEÚDO.

Uma vida pública mais austera é possível

Habitado a orientar a comunicação de figuras públicas brasileiras, após anos cobrindo os bastidores do poder como jornalista, vou confessar. O que me surpreendeu mesmo nas últimas semanas foi o ritual de vitória de Marcelo Rebelo de Sousa, 72 anos, presidente reeleito de Portugal.

Acompanhei de perto todo processo eleitoral, a construção narrativa de cada candidato, seus discursos, os debates, enfim. E no domingo, fim de janeiro, vi a cobertura da imprensa pós-fechamento das urnas consciente de que toda comparação com as eleições no Brasil, que conheço tão bem, tem limites perigosos, mas é interessante de ser feita porque ajuda-nos como referência para novas posturas.

Em um longo ao vivo, a imprensa exibiu todo o caminho percorrido pelo presidente Marcelo entre sua casa, em Cascais, onde mora num imóvel alugado, e a Faculdade de Direito de Lisboa, local simbolicamente escolhido para fazer seu pronunciamento de vitorioso.

O presidente saiu de casa sozinho em carro simples, dirigindo os 30 quilômetros do percurso até estacionar ao lado da faculdade onde passou toda a vida ensinando Direito. Sem assessores nem seguranças, seguiu para o hall de entrada com o discurso à mão. Falou o que desejava – um muito inteligente discurso de conciliação focado exclusivamente na pandemia – e vida que segue. Deu meia volta em direção à casa.

Marcelo é diferente. É comum vê-lo no supermercado fazendo feira ou na praia caminhando. Muitas vezes coloca em risco a democracia portuguesa ao se expor tanto. É verdade. Alguém pode dizer que trata-se de caso extremo, até caricato. Talvez. Aprendi desde cedo no jornalismo que as caricaturas sempre tiveram um papel importante



na mudança de comportamentos ao longo da nossa história. Se este argumento não basta, lembro ter visto anos atrás a mesma cena na Suíça, onde morava. O chefe de Estado saindo de casa, estacionando numa estação de trem para seguir em direção a Berna e tomar posse do cargo, sem ninguém para carregar sua pasta.

São inúmeros casos a mostrar que é possível ter uma vida pública austera, menos senhorial, muito menos aristocrática. Mesmo nos Estados Unidos, sede do medo, da violência e da ostentação. Brinco sempre com os amigos fazendo outra caricatura que levo muito a sério: conte em House of Cards quantos assessores tem o gabinete do congressista Frank Underwood. No Brasil, na Câmara ou no Senado, são mais de 50, fora os indiretos (gabinetes de lideranças, de mesa, consultoria técnica etc.). Multiplique isso por Câmaras, Assembleias, prefeituras, governos, tribunais etc.

Muito gasto público – e mesmo um número elevado de funcionários – não necessariamente quer dizer desperdício. Pode ser resultado de muito bem-estar social. Portugal tem muitos problemas e três vezes mais funcionário público do que o Estado de Pernambuco, seu equivalente em território

e população. Entretanto a contraprestação de serviços é muito diferente – a renda per capita também, importante dizer. Claro que o Estado português tem ainda desafios enormes em termos de ajuste fiscal.

O caso é que precisamos discutir práticas e mentalidades, fazer contas e comparações, sim. Porque o desperdício sufoca a população com a injustiça e ainda vira combustível para extremismos, principalmente da direita fascista.

Certa vez, durante a pré-campanha de governador de um cliente nosso, fomos visitar um prefeito aliado. Ao

chegar nos puseram em vários carros. O que eu andava, fiz as contas rapidamente, apenas na compra custara cerca de 20 reais para cada um dos 8 mil habitantes do município. E este não era o veículo principal da comitiva.

É possível fazer diferente? Sim, é. Na ficção e na realidade. É possível governar com uma boa assessoria técnica e política, com uma equipe de marketing qualificada e estruturada, sim, com certeza. Com novos padrões legais, éticos, do relacionamento à remuneração, de fato, sim, podemos avançar nessa direção.

NOVO LOCKDOWN

Eu estava com tudo pronto para embarcar em direção a Recife, João Pessoa e Petrolina. Tinha compromissos profissionais, mas Portugal e a Europa decidiram fechar suas fronteiras e restringir os voos unicamente ao essencial. Estamos numa nova onda do covid-19, a maior desde o início da pandemia, com lockdown decretado, confinados em casa, o comércio fechado, as crianças com férias antecipadas e à espera da volta do ensino à distância.

VÍRUS MUTANTE

O novo surto é brutal: 45% das mortes e dos casos registrados em Portugal durante toda a pandemia aconteceram em janeiro deste ano. Se na fase mais dura da primeira onda, em meados do ano passado, chegamos a ter mais de 30 mortos por dia, agora chegaram a mais de 300.

CORONA BRASILEIRO

A maior preocupação em Portugal hoje é com as mutações do vírus, mais contagiosas, alcançando inclusive as crianças e os jovens com maior intensidade. São três cepas, segundo a classificação nor-

malmente apresentada na imprensa. A inglesa, mais comum em Lisboa, a sul-africana e a brasileira.

RÁPIDO COLAPSO

Em um mês, os hospitais portugueses ficaram sobrecarregados, mais de 10 mil profissionais de saúde contaminados, pacientes sendo transferidos para outros países, membros da União Europeia, como a Alemanha, enviando equipes de emergência e equipamentos para montar hospitais de campanha. Parte de tudo isso e atribuída ao relaxamento nas regras de confinamento no final do ano.

FECHAMENTO AO BR

O maior temor do empresariado que mantém negócios entre o Brasil e Portugal é com a possibilidade de as novas cepas do vírus atingirem regiões maiores do país, provocando um bloqueio prolongado aos voos. Quanto mais longa a pandemia, maiores os prejuízos. Portugal perdeu quase 17 milhões de turistas em um ano. Mas ou decretava lockdown ou, mantidos os níveis de janeiro, chegaria a julho com 45 mil novas mortes. Hoje são cerca de 15 mil no total.



COMPRA DE IMÓVEIS

O mercado imobiliário português está favorável a quem tem capital e interesse em investir, por exemplo, na região de Lisboa, pensando no pós-pandemia. A facilidade na oferta de crédito fez crescer a demanda, por exemplo, da Vazconstrói, escolhida como a melhor do setor da construção entre as médias empresas de Portugal, segundo a Revista Exame, com apartamentos amplos e confortáveis, a poucos minutos do centro da capital.

A FORÇA DO TRIBUNAL DO MAR PARA ARBITRAR CONFLITOS

Estudioso com pós-graduação no tema analisa com profundidade a participação do Tribunal em Hamburgo para mediar crises entre Países evitando Guerras

Por **WALTER SANTOS**

O ciclo de guerras percorre a história desde os primórdios, por isso na última fase eis que foi criado e exerce papel importante o Tribunal Internacional para o Direito do Mar. Esta é a essência para a entrevista a seguir com o especialista e pós-graduado na área Victor Ventura abordando muitos assuntos importantes. Eis, a seguir, a integra:

Revista NORDESTE - Embora em fase de muito investimento no conhecimento dos processos internacionais, como o Sr. encara e define os 25 anos do Tribunal Internacional para o Direito do Mar sediado em Hamburgo, na Alemanha? Quais os avanços reais existentes?

Victor Ventura: A criação de um órgão jurisdicional para resolução de controvérsias internacionais oceânicas resulta diretamente da importância adquirida pelos oceanos nas relações entre os países e dos usos e costumes emprestados aos mares, seja como meio de transporte (90% do comércio internacional flui pela via marítima), como fonte de alimentos e de recursos naturais importantes, ou como via de comunicação

através dos cabos submarinos, entre outras potencialidades. Vivemos num mundo profundamente interconectado, onde conflitos entre países emergem todos os dias. Se essas disputas não forem tratadas de modo adequado, fomentando-se a mediação entre os interesses em jogo e o respeito ao devido processo legal na esfera internacional, podem eclodir guerras e agressões múltiplas. Do ponto de vista histórico, a criação de um Tribunal Internacional foi prevista na Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar, a chamada “Constituição dos Oceanos”, de 1982, assinada e ratificada por 167 países. Assim, em 1996, na cidade livre e hanseática de Hamburgo, Alemanha, famosa por seu relevante porto fluvial, foi implantado o Tribunal Internacional para o Direito do Mar, que encampa a árdua missão de solucionar disputas internacionais envolvendo os mares e oceanos de forma pacífica e duradoura, fazendo valer os termos da Convenção. Até hoje, o Tribunal de Hamburgo analisou e decidiu sobre 27 casos, ha-

vendo neste momento dois novos casos em apreciação. Cabe destacar que os processos judiciais internacionais são, em geral, demorados, haja vista os prazos elásticos para apresentação de memoriais, contestação, contrarrazões e outras manifestações oficiais nos autos. Contudo, pode-se afirmar que diversas disputas pacificadas pelo Tribunal

“SE AS DISPUTAS NOS OCEANOS NÃO FOREM TRATADAS COM MEDIAÇÃO ENTRE INTERESSES EM JOGO COM RESPEITO AO PROCESSO LEGAL PODEM ECLODIR MAIS GUERRAS”

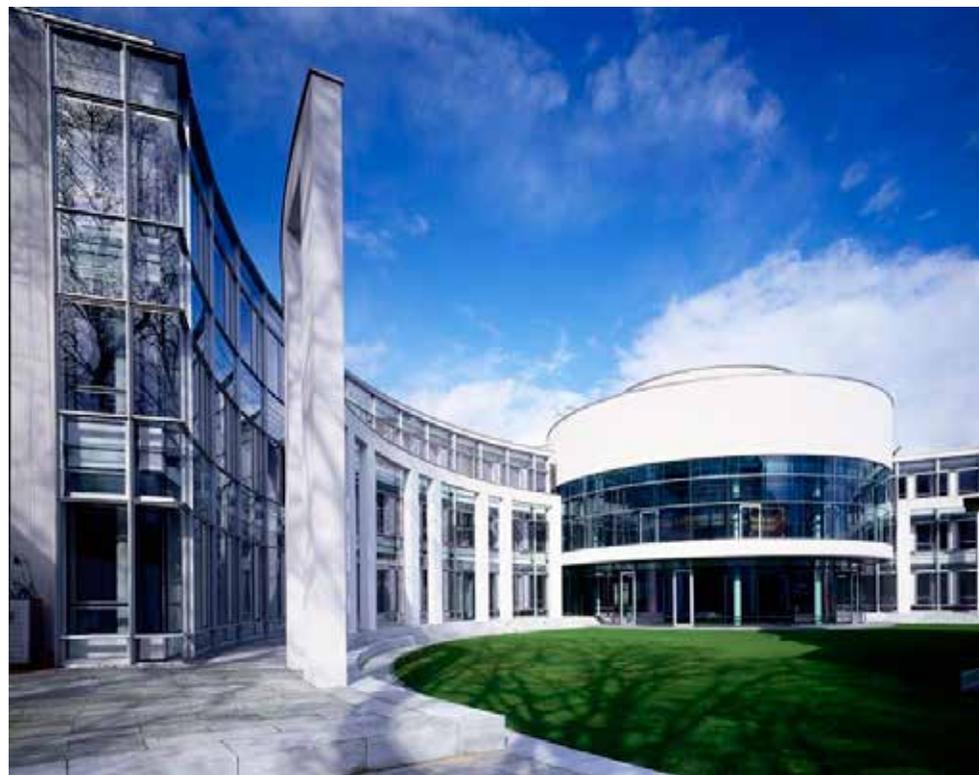
ao longo dos últimos 25 anos tinham potencial para escalar rumo a conflitos regionais, como foram os casos das delimitações de fronteiras marítimas entre os países Bangladesh e Mianmar (caso nº 16, encerrado em 2012) e entre Gana e Costa do Marfim (caso nº 23, encerrado em 2017). Por envolverem questões históricas, de soberania e economia, essas disputas, não fosse pela atuação de uma corte internacional plural, poderiam ter conhecido final trágico. O Tribunal de Hamburgo (chamemos assim, por mera alusão à Corte de Haia) possui jurisdição contenciosa e consultiva. Significa que os 21 juízes têm competência para julgar e para emitir de opiniões legais sobre questões



que lhe sejam submetidas. A atuação preventiva permite aos Estados e organizações internacionais confirmar a interpretação oficial do Tribunal acerca de determinada matéria controversa, reduzindo as chances de confronto de visões diferentes sobre aquela questão. Foi o que ocorreu com os pareceres consultivos sobre a responsabilidade internacional dos chamados “Estados de pavilhão” (ou Estados de bandeira, o lugar onde o navio está registrado) por atividades de pesca ilegal, não-registrada e não-regulamentada, bem como a responsabilidade de Estados patrocinadores de atividades exploração e exploração (lavra) de recursos minerais nos fundos marinhos. Diante disso, resta inegável o papel desempenhado pelo Tribunal em prol da manutenção de uma ordem oceânica pacífica e regida por princípios do Direito Internacional do Mar.

NORDESTE - Como as potências globais acompanham e vigiam os movimentos nos oceanos? Qual o tamanho da guerra fria?

Victor Ventura: No Direito do Mar, há uma dicotomia de fundo que modela todo esse ramo do direito: a oposição entre a liberdade dos mares e a soberania territorial dos Estados litorâneos. Países com frotas navais poderosas sempre buscam acesso livre e desimpedido aos mares, com menos restrições e maior acesso a recursos naturais marinhos. Foi assim desde a época dos Descobrimentos, passando pelos anos gloriosos das armadas holandesa e inglesa, substituída em poder e influência global pela Marinha americana. Já países com longas costas e poucos recursos navais, apegam-se à soberania territorial, avançando pleitos sobre o mar vizinho à costa na tentativa de ampliar os poderes do Estado sobre essas águas. É nesse contexto que as potências navais globais, como EUA, França, Reino Unido, Rússia e outros, mantêm eleva-



dos contingentes e armadas ativas em todo o mundo, com vistas a garantir a liberdade dos mares, executar medidas de combate a crimes ocorridos em alto mar, como é o caso da pirataria na costa Africana, no Atlântico Sul, e manter projeção de poder naval nesses espaços. Atualmente, os países mais destacados no cenário naval mundial são indubitavelmente EUA e China, que investem pesadamente nas suas respectivas Marinhas, havendo tensões entre esses dois atores globais que merecem acompanhamento de perto por parte dos organismos internacionais e dos demais países do mundo. A Guerra Fria de outrora entre EUA e URSS revela-se hoje em tensões frias e quentes no comércio mundial entre China e EUA, nomeadamente a partir de 2018, quando Trump anunciou tarifação sobre os produtos chineses, podendo ser replicados no ambiente marítimo, o que mostra um duelo por “hegemonismo”, ou seja, supremacia geopolítica e econômica.

NORDESTE - A área marítima da Ásia

em torno de Taiwan vive em guerra fria atualizada entre chineses e americanos. Onde isso vai chegar?

Victor Ventura: Embora haja tensões entre EUA e China na região do Mar do Sul da China, incluindo o território de Taiwan, não enxergo propriamente uma “guerra fria” em andamento, ao menos não nos moldes do primeiro conflito que opôs EUA e União Soviética no século passado. Aquele cenário envolvia ameaça de guerra até nuclear, como desdobramento da Segunda Guerra, com hostilidades múltiplas em diversas áreas, no entanto, a URSS não se configurava como a potência econômica e comercial que é hoje a China. As tensões atuais entre EUA e China, no campo do Direito do Mar, estão ancoradas nas reivindicações chinesas no Mar do Sul da China, que pleiteia soberania sobre extensa área daquele importante espaço marítimo, em decorrência de supostos direitos históricos exercidos pela China na região. Essa tese ficou conhecida como a “linha dos nove traços”, que posiciona a alegada soberania

china naquele mar. Ocorre que, em vista da Convenção para o Direito do Mar, de 1982, os conclames chineses não encontram amparo legal e acabam por intervir injustificadamente nos direitos soberanos de países vizinhos, como Filipinas, Vietnam, Malásia, Cingapura e outros. É um campo de crise, sem dúvida, com potencial de tensão – quando (se) houver faísca entre os dois países, será ali. Além das questões geopolíticas na região, o Mar do Sul da China é importante rota marítima comercial, por onde trafega parcela considerável do comércio exterior mundial e essa relevância atrai a atenção dos EUA, que se opõem às reivindicações chinesas na região e executam as chamadas operações pela liberdade de navegação (FONOP, na sigla em inglês), com a Marinha Americana. Importa mencionar que a tese chinesa das nove linhas foi alvo de arbitragem internacional em 2018, promovida

pelas Filipinas, com vistas a esclarecer os direitos de cada Estado costeira no Mar do Sul da China. Nesse procedimento, a China optou por não enviar delegação de representantes, nem se posicionar legalmente na arbitragem, prática conhecida internacionalmente como “no show”. A desistência de comparecer em juízo, por considerar que a Corte Internacional de Arbitragem não possuía competência para decidir sobre aquele caso, fez que o laudo arbitral final contivesse decisões que reconheceram excessos por parte da China em suas reivindicações na região. Assim, juridicamente, a China soma algumas derrotas, mas insiste em posturas contundentes, discutíveis sob o ponto de vista do Direito do Mar contemporâneo. Em agitações geopolíticas como essa, é primordial

que ambas as partes cedam, de modo a se alcançar soluções pacíficas, porém, não enxergo indícios de que um distensionamento ocorra nos próximos anos. Pelo contrário, a retirada de presença militar americana do Oriente Médio sinaliza para o redirecionamento estratégico de atenção à região do Mar do Sul da China, em virtude da ascensão econômica e militar chinesa, que, além de tudo, equipa uma Marinha em região do globo razoavelmente próxima do território americano. Será um cenário político crucial a se acompanhar.

NORDESTE - O Litoral brasileiro a partir do Atlântico a envolver o Norte, Nordeste e Sudeste do Brasil convive com

“SEGUNDO RELATOS, A QUARTA FROTA AMERICANA NO ATLÂNTICO SUL EXERCE SIMBOLOGIA DE PODER EM NOSSO LITORAL”

frota americana a vigiar nosso ambiente marítimo. Isto não afeta a soberania nacional brasileira?

Victor Ventura: Segundo relatos, a Marinha ame-

ricana possui sete frotas navais, com mais de 330 embarcações militares (entre porta-aviões, destróieres e fragatas), a navegar e monitorar os mares e oceanos do mundo. No Atlântico Sul, a quarta frota exerce esse papel. Para o Direito do Mar, não há proibição legal à navegação, inclusive de navios militares, desde que naveguem de modo célere, contínuo e não-ofensivo à soberania dos Estados costeiros da região. Todavia, parece inegável que, embora legal, a presença de frota da Marinha estrangeira na região é repleta de simbolismo político e transmite uma mensagem contundente de projeção de poder, do tradicional hard power. Nesse sentido, cabe ao Brasil e outros países do Atlântico Sul se organizarem para reafirmar poder na região, de modo pacífico e per-

manente, estruturado em torno da pauta da cooperação internacional. É assim que a escola de pensamento naval brasileiro tem trabalhado com as chamadas “zonas de influência” do poder brasileiro na região, tomando o Atlântico Sul como área natural de projeção de poder brasileiro. Para isso, investe, de um lado, no projeto nacional do submarino militar movido a energia nuclear, e do outro, em iniciativas de cooperação multilateral com países como Portugal, Gana, Namíbia, Angola e África do Sul. Possuir uma Marinha equipada e estruturada, com sistemas tecnológicos avançados de monitoramento do Atlântico Sul é pré-requisito à efetiva gestão da chamada “Amazônia Azul”, expressão usada pela Marinha para se comparar à Amazônia Verde e a necessidade de conscientizar a população brasileira para relevância do mar brasileiro.

NORDESTE - Como é conviver com a realidade de não haver nenhum juiz brasileiro no Tribunal Internacional para o Direito do Mar?

Victor Ventura: Durante décadas, o Brasil se destacou como um ator participativo na esfera internacional, com corpo diplomático respeitável e certa estabilidade na política externa do país, de viés pragmático, multilateral e altivo. A ocupação de espaços em importantes organismos internacionais resulta da influência política, econômica e cultural que um país exerce no mundo em dado momento. Pois bem, como já disse, o Tribunal Internacional para o Direito do Mar foi constituído pela Convenção de Montego Bay, de 1982. O Brasil interveio ativamente nas negociações internacionais para a adoção desse tratado, organizando grupos informais de pressão em torno dos interesses nacionais. Merece destaque a brilhante atuação do diplomata baiano, Ramiro Saraiva Guerreiro, que conduziu a delegação brasileira nos momentos de

maiores embates ideológicos. Além da “Constituição dos Oceanos”, o Brasil assinou e ratificou diversos outros tratados marítimos, como a Convenção de Londres contra o Alijamento de Resíduos no Mar (1972) e a Convenção para a Prevenção de Poluição por Navios (1973), e seus adendos. Essa tradição emprestou ao Brasil influência política suficiente para eleger e reeleger um juiz brasileiro para o Tribunal de Hamburgo, desde a sua fundação, na pessoa do estudioso Vicente Marotta Rangel. O professor paulista, reconhecidamente um dos maiores expoentes do Direito do Mar no mundo, permaneceu no cargo até abril de 2015, quando se aposentou por questões de saúde, abrindo lugar para a indicação de outro nome pelo Palácio do Itamaraty, para finalizar o segundo mandato do Dr. Marotta Rangel, o Professor Antônio Cachapuz de Medeiros, que lamentavelmente sofreu um infarto em 2016, antes mesmo de ser investido no cargo de juiz do Tribunal. Desde então, houve novas eleições para as vagas reservadas ao continente americano, lembrando que a composição do Tribunal obedece ao critério da distribuição geográfica, sem que o Brasil tenha conseguido emplacar outro nacional no assento dessa prestigiada Corte. Atualmente, a América Latina conta com juízes do Chile, Paraguai, México e Jamaica. Por se tratar de fórum judicativo importante, onde são deliberadas e resolvidas questões internacionais de primeira grandeza, o fato de o Brasil não possuir um juiz revela falta de prestígio internacional, neste momento da política externa brasileira, especialmente considerando-se o histórico de contribuições nacionais ao Direito do Mar e as dimensões do Brasil face aos países vizinhos. Esse movimento de desprestígio é descrito pela doutrina internacionalista como o “recuo internacional brasileiro” (international rollback), fenômeno que coincide com o impeachment da Presidente Dilma

Rousseff e vem se intensificando até os dias atuais, devido à instabilidade política interna, para evidente prejuízo da imagem brasileira perante o mundo.

NORDESTE - De que forma o Tribunal acompanha a realidade marítima em torno da Venezuela, diante de novos atos dos EUA em abrir para ações venezuelanas sem graves enfrentamentos?

Victor Ventura: Sobre essa questão, é importante ressaltar que nem EUA nem Venezuela assinaram a Convenção da ONU para o Direito do Mar, o que afasta a jurisdição do Tribunal de Hamburgo para decidir sobre disputas envolvendo esses dois países. Ambos têm seus motivos geopolíticos para se recusarem a ratificar o tratado, notadamente o receio de perder poder em suas reivindicações marítimas tradicionais. Com isso, apenas a Corte Internacional de Justiça, igualmente conhecida como a Corte de Haia, poderia analisar algum caso envolvendo EUA e Venezuela, ainda que verse sobre matéria marítima. De toda forma, o Tribunal de Hamburgo, assim como outros órgãos judiciais internacionais, somente age quando provocado. O papel de monitorar o cenário político e marítimo na Venezuela incumbe a órgãos da diplomacia e do multilateralismo internacional, como o Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos e outras instituições. São esses os fóruns de gestão de tensões internacionais e dissuasão, restando a via judicial internacional para os casos de falha da diplomacia em resolver a disputa.

NORDESTE - Como anda a questão do Canal do Panamá, sempre regulador dos interesses americanos?

Victor Ventura: O Canal do Panamá é uma daquelas obras icônicas, que permeiam o imaginário popular nos quatro cantos do mundo. Imponente

infraestrutura marítima que se estende por mais de 80 km em terra, unindo os oceanos Atlântico e Pacífico e encurtando consideravelmente o tempo de navegação entre as costas de um país em particular: os Estados Unidos. Após negociações com lideranças políticas panamenhas, os EUA apoiaram a independência do Panamá em face da Colômbia, em troca da concessão da obra do canal e sua administração por parte dos estadunidenses, em 1914. Foi assim por quase um século, até 1999, quando a gestão da infraestrutura foi definitivamente transferida para o Panamá. Em linhas gerais, o Canal do Panamá integrou a estratégia americana de imposição de poder na região centro-americana, ápice da Doutrina Monroe, que postulava “a América para os americanos”, permitindo aos EUA navegar entre os oceanos com custos sensivelmente inferiores. Atualmente, o Canal do Panamá é uma empresa global bem-gerida pelos panamenhos, mas permanentemente sob a vigilância dos EUA. Não por acaso a cláusula de neutralidade do tratado Torrijos-Carter, de 1977, permite que os EUA intervenham em assuntos do Panamá, se a segurança do Canal for ameaçada. Essa ameaça constante de intervenção obriga as autoridades panamenhas a gerir o canal com precisão e transparência, porém, às custas da soberania panamenha, em clara violação ao direito internacional de não interferência em assuntos internos dos países. Afinal, manter o Canal em funcionamento não é interesse exclusivo dos americanos, mas dos países que se utilizam dessa benfeitoria. A importância econômica e política do Canal do Panamá, assim como de outros canais internacionais de navegação, como Suez, Meno-Danúbio e Corinto, remete também para a essencialidade dos chamados “estretos internacionais”, como é o caso dos estreitos de Magalhães, Gibraltar, Bósforo, Dover, entre outros. O Direito do Mar regulamenta o uso desses



estretos utilizados para a navegação internacional, garantido equilíbrio entre os direitos dos países ribeirinhos e os direitos dos demais países, de navegar aquelas águas de modo inocente e não-ofensivo. O objetivo das normas inscritas na Parte III da Convenção de Montego Bay é, precisamente, garantir a liberdade de navegação em tempos de paz, requisito fundamental para o fluxo internacional de mercadorias e o conseqüente desenvolvimento das nações.

NORDESTE - Como o Tribunal pode proceder para abrigar via Inteligência Artificial meios de impedir guerras pelo domínio territorial?

Victor Ventura: A tecnologia vem galgando espaço, gradativamente, no universo da judicatura, seja em âmbito nacional ou internacional. Há algumas décadas, poucos estudiosos, como é o caso do britânico Richard Susskind, conseguiam prever que os processos judiciais abandonariam sua versão física para tramitar em modali-

dade inteiramente digital. Da mesma forma, algoritmos compõem o cenário gerencial de diversos tribunais em todos o mundo, como é o caso do Brasil, Áustria e Inglaterra. No caso dos tribunais, a prevenção de conflitos e a pacificação social é a sua *raison d'être*, a razão de sua existência. Os juízes e gestores judiciais deverão, com isso, privilegiar a assimilação de tecnologias, como aplicações e algoritmos, num primeiro momento e, eventualmente, variações de inteligência artificial, que possam auxiliar na análise, compreensão, identificação do direito aplicável ao caso concreto e decisão. É possível encontrar situações em que a inteligência artificial pode ser aplicada, como é o caso de uso de softwares que, diante de uma situação relatada, realizam varreduras em todo o arcabouço jurídico-normativo (nacional ou internacional) e elaboram resposta com graus razoáveis de confiança. É o caso, por exemplo, do aplicativo Ross Intelligence, que deve

promover mudanças no modo como se conduz a litigância internacional. Porém, nem tudo são flores. Um obstáculo ao uso de inteligência artificial em tribunais internacionais, a meu ver, reside na elevada complexidade das disputas sob análise, que envolvem questões econômicas, geopolíticas e culturais, as quais, quando negligenciadas, podem conduzir a sentenças excessivamente técnicas, que desconsideram os contextos regionais. Considerando que, na esfera internacional, inexistente uma polícia mundial responsável por fazer cumprir as sentenças, a tecnicidade excessiva poderia resultar em índices elevados de descumprimento das decisões internacionais, colocando em xeque a própria *raison d'être* dos tribunais. Nesse sentido, é imperativo que os tribunais inter-

nacionais empreguem tecnologias até o limite de sua funcionalidade, com vistas a dinamizar a análise dos processos judiciais, com ganhos em qualidade de análise e credibilidade final das decisões. Apenas assim poderão os juízes internacionais estar aptos a fazer frente à avassaladora inteligência artificial aplicada em navios da marinha mercante e de guerra, nas quais as primeiras embarcações não tripuladas já cortam os mares do planeta.

NORDESTE - Quais as competências dos Estados para cuidar da Amazônia Azul brasileira e como tratar o caso da Paraíba?

Victor Ventura: Essa questão, embora de formulação simples, é responsável por significativa confusão entre os operadores do direito no Brasil. Há algumas dimensões da chamada “Amazônia Azul” que demandam compreensão preliminar. Essa expressão feliz e apropriada foi cunhada pelo Almirante Guimarães, da Marinha

do Brasil, e abrange os espaços marítimos sobre os quais o Estado brasileiro exerce algum grau de jurisdição. Sua pergunta nos remete à dimensão ambiental da Amazônia Azul e às competências do Estado brasileiro, incluindo União, Estados e Municípios, para legislar, executar medidas ambientais protetivas e fiscalizar o cumprimento da legislação ambiental nessa região. Do ponto de vista da normatividade, a Constituição Federal garante competência concorrente de União, Estados e Municípios para legislar sobre a conservação da natureza, a defesa dos recursos naturais e a proteção ao meio ambiente. Noutras palavras, todos os entes da Federação estão aptos a adotar leis sobre a matéria, respeitada

a competência da União para lançar as normas gerais, que poderão ser suplementadas por Estados e Municípios. Considerando a execução e fiscalização das normas, a Carta Magna atribui competência comum a todos

os entes federativos indicados. Essas competências (concorrente para legislar e comum para fiscalizar a Amazônia Azul) acabam por produzir confusão quando se considera que o mar territorial brasileiro, até as 12 milhas náuticas (aprox. 18 km), é considerado como bem da União. Uma interpretação legal restritiva, que enfoque o mar territorial como bem da União, conduzirá à afirmação de competência federal exclusiva para legislar e gerir a região. Essa compreensão é, a meu ver, equivocada. É o caso, por exemplo, da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.128, atualmente em discussão no Supremo Tribunal Federal, que analisa a constitucionalidade da Lei Estadual gaúcha nº 15.223, de 2018,

que proíbe a pesca de arrasto (mecanizada, com redes em profundidade) nas águas que banham o Estado do Rio Grande do Sul. Para o Ministro Nunes Marques, a competência para regulamentar a matéria seria exclusiva da União, posto que a legislação sobre o mar inserido nas 12 milhas náuticas do litoral restaria sob soberania exclusiva da União, sendo assim concedeu liminar suspendendo os efeitos da Lei gaúcha, pendente de apreciação no mérito pelo Pleno do STF. Há aí grave equívoco. Interpretar a lei dessa forma equivale a tolher as competências constitucionalmente reconhecidas aos Estados e Municípios, especialmente na seara ambiental. Colocaria em xeque, por exemplo, a competência

“A COMPETÊNCIA PARA CONSERVAR OS RECURSOS NATURAIS E O MEIO AMBIENTE MARINHO DA AMAZÔNIA AZUL BRASILEIRA É COMUM A TODOS ENTES FEDERADOS”

de Estados litorâneos para designar unidades de conservação marinhas, sob o argumento de que o mar territorial restaria sob a soberania exclusiva da União. Os impactos de decisão nesse sentido podem reverberar

para além do caso gaúcho, lançando dúvidas sobre as unidades de conservação paraibanas, como o Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha e a Área de Proteção Ambiental do Naufrágio Queimado. A competência para conservar os recursos naturais e o meio ambiente marinho da Amazônia Azul brasileira é comum a todos os entes federados, e deveria ser mantida assim.

NORDESTE - No âmbito de nossa Federação, quais as competências dos Estados brasileiros para cuidar da Amazônia Azul e como tratar o caso da Paraíba?

Victor Ventura: Recentemente, no mês de janeiro de 2021, a Agência

Nacional de Petróleo anunciou a realização de nova rodada de leilão de blocos exploratórios de petróleo e gás natural na Amazônia Azul brasileira. Ocorre que, pela primeira vez na história do Brasil, alguns blocos ofertados se situam além das 200 milhas náuticas da costa (aprox. 370 km), na região conhecida como a plataforma continental estendida do Brasil. A exploração offshore é precedida de estudos ambientais e de leilões, que atribuirão os blocos promissores a determinadas empresas interessadas. Os blocos ofertados na rodada nº 17 estão localizados em quatro bacias sedimentares, sendo elas Potiguar, de Campos, de Santos e de Pelotas. Dessas, a Bacia de Santos é a maior bacia sedimentar offshore do país, famosa por englobar a região do pré-sal. Dada a tecnologia brasileira de exploração em águas ultra profundas, a busca por hidrocarbonetos como petróleo e gás natural avança sobre o leito marinho rumo a distâncias cada vez maiores da costa. Nas áreas situadas além das 200 milhas da costa, vigora um mecanismo internacional de partilha de rendimentos obtidos com a exploração do petróleo e gás, fixado pela Convenção de Montego Bay, que ainda não passou por regulamentação externa, no âmbito da Autoridade Internacional para os Fundos Marinhos, nem interna no Brasil. Lacunas como essa devem ser analisadas no momento de escolha dos blocos offshore a leiloar, pois dúvidas acerca dos regramentos internacionais aplicados na região da plataforma continental estendida podem provocar insegurança jurídica à 17ª rodada de leilões e aos negócios realizados na sequência. Por último, é possível que essas lacunas atraiam reações negativas por parte da comunidade internacional, ocasionando perdas reputacionais ainda maiores ao Brasil e expondo o país até mesmo a uma possível litigância internacional em torno dos citados blocos. 📍



Reabertura das fábricas de fertilizantes

A Petrobras e a Unigel anunciaram esta semana a assinatura de contrato para fornecimento de gás natural que vai permitir a reabertura das duas fábricas de fertilizantes nitrogenados localizadas em Camaçari, Bahia (Fafen-BA), e em Laranjeiras, Sergipe (Fafen-SE), que tiveram suas atividades paralisadas no início de 2018. As fábricas tinham sido fechadas pela Petrobras sob a alegação de que eram inviáveis e estavam dando prejuízo à estatal.

No dia 11 de abril de 2018, após a Petrobras ter anunciado que iria hibernar as duas fábricas, publicamos aqui na Tribuna da Bahia um artigo intitulado “Três alternativas para a Fafen” em que apresentávamos três procedimentos para evitar a paralisação das unidades: a) adoção de uma política diferenciada de preços, considerando a importância do gás consumido como matéria prima para certas cadeias produtivas; b) permitir a exploração do gás de folhelho, que reduziria substancialmente o preço do gás natural; e c) realização de uma operação “swap” com a troca de gás natural, que possibilitaria o arrendamento das unidades industriais fabricantes de amônia e ureia.

A Petrobras parece ter levado em consideração a nossa proposição e, através de processo licitatório, promoveu o arrendamento das duas unidades. A Proquigel Química, do Grupo Unigel, venceu a licitação e assinou contrato arrendando as duas unidades no dia 21/11/2019 por um período de dez anos, prorrogáveis por igual período, dando início ao trabalho de transição. No dia 04/08/2020 deu-se a transmissão de posse para o arrendamento das fábricas, após a obtenção das licenças e autorizações exigidas pelos órgãos reguladores. Além do arrendamento das fábricas foi feito o subarrendamento dos terminais marítimos de amônia e ureia no Porto de Aratu-Candeias.

A viabilização da abertura das duas unidades industriais se deve à redução de custos operacionais, principalmente do preço do gás natural, a matéria prima fundamental de todo o processo manufatureiro. Em muito contribuíram os governos dos estados de Sergipe e da Bahia, mantendo os incentivos fiscais para as duas unidades e estabelecendo as condições para comercialização do gás livre, que permite aos grandes

consumidores de gás natural (GN) adquirirem o GN diretamente dos produtores ou importadores. O consumo do gás livre em Sergipe foi regulamentado através de decreto estadual (nº 30.352 de 15/09/2016) e o da Bahia através de resolução da Agerba (nº 23 de 16/04/2020).

A operação das duas manufaturas pela Unigel não requer a contratação de novos empregados nas áreas financeira, marketing e recursos humanos, centralizadas em São Paulo. Os novos colaboradores da Unigel Agro, designação que substitui a Fafen, se restringem à área operacional. Quanto ao GN a Petrobras terá como fonte a produção nos estados da Bahia e Sergipe, importação da Bolívia ou do pré-sal. A estatal também poderá importar o Gás Natural Liquefeito (GNL) com uso de um dos terminais de regaseificação instalados no litoral, inclusive o TR-BA abrigado próximo à Ilha dos Frades, na Baía de Todos os Santos.

A reabertura dessas fábricas não é só importante pela recriação dos empregos e tributos que voltam a recolher, mas também reativa o fornecimento de vários insumos a outras manufaturas, inclusive a dezenas de misturadoras. Aliás, estas últimas voltam a ser supridas pelo nitrogênio (N) contido na ureia das fábricas reativadas, do fósforo (P) dos derivados solúveis da rocha fosfática de Irecê (BA) e do potássio (K) do cloreto de potássio vindo de Carmópolis (SE), retornando ao suprimento local dos três nutrientes do agronegócio (NPK). No Brasil isso só acontece na região Nordeste.



SEM A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA SÓ RESTA SUBDESENVOLVIMENTO

PhD e referência internacional no universo de TI analisa impacto da IA na conjuntura brasileira e internacional - o futuro das máquinas inteligentes

Por **WALTER SANTOS**

O professor universitário da UFPB, PhD Guido Lemos, expõe na Entrevista Exclusiva dados e informações importantes a partir da realidade no país e mundo.

Revista NORDESTE - Como um personagem de alta significação acadêmica dialogando com o universo externo até mercadológico define o mundo neste tempo disruptivo?

Guido Lemos: Estamos avançando muito rapidamente em direção ao mundo das máquinas inteligentes. Neste mundo um carro autônomo escolhe rotas com base em negociações com sistemas de controle de pedágios e faz pagamentos em criptomoedas com registros livros contábeis eletrônicos implementados em blockchains. Essas tecnologias criam as condições básicas para a economia das máquinas. Neste mundo, muito do trabalho hoje realizado por humanos será feito por sistemas inteligentes. Muitos empregos irão

simplesmente desaparecer. O que nós humanos vamos fazer nesse mundo das máquinas inteligentes é difícil prever...

NORDESTE - Na sua condição de inventor do Ginga (fez a conversão do analógico para digital), a partir do LAVID, projeta as novas grandes novidades do futuro próximo?

Guido Lemos: O LAVID cresceu, hoje são cerca de 150 professores e estudantes, e diversificou suas áreas de atuação. Continuamos trabalhando em aplicações de vídeo digital: vem aí o Ginga D, onde teremos um servidor Web instalado em nosso aparelho de TV, pois é, servidores que antes ficavam nos CPDs de grandes empresas a partir desse ano virão dentro de nossos aparelhos de TV. O número e o tipo de aplicações que esse tipo de infraestrutura permite seria impensável alguns anos atrás quando criamos o Ginga. Hoje temos pesquisas em aplicações de blockchain e criptomoedas, a exemplo do serviço de RAP RNP contratado pelo Ministério da Educação que permite a criação, registro e validação de diplomas digitais em 170 universidades e institutos federais brasileiros. Combinando blockchain e vídeo digital estamos desenvolvendo um sistema de vídeo para saúde no projeto V4H, onde fazemos registros dos vídeos dos atendimentos em blockchain. Esse sistema está sendo testado no núcleo de Telessaúde SP da Unifesp, no Incor-USP, na Faculdade de Odontologia da USP, no Hospital Militar São Paulo, na Secretaria Estadual de Saúde da Paraíba e no Hospital Universitário Lauro Wanderley da UFPB. Também



continuamos contribuindo fortemente no tema acessibilidade, o VLibras é usado em mais de 700 mil sites incluindo o do governo federal, senado, câmara, vários sites da justiça, governos estaduais, prefeituras e empresas privadas; é executado mais de 30 milhões de vezes por dia, chegando a marca de 11 bilhões de execuções anuais!

NORDESTE - Qual seu diálogo com o ecossistema digital na atualidade e com quem você avança em novos resultados extraordinários?

Guido Lemos: A missão do LAVID é desenvolver tecnologia digital para o desenvolvimento social. Alguns dos projetos desenvolvidos no laboratório tem uma demanda muito forte, o Ginga, por exemplo, já foi instalado em mais de 100 milhões de aparelhos de TV. O laboratório continua produzindo publicações científicas, mas hoje temos investido muita energia trabalhando na aceleração da transferência dos resultados das pesquisas para a sociedade. No passado o foco era o

registro e o licenciamento de softwares e patentes, hoje estamos centrando esforços na criação e sustentabilidade de startups. Essas startups são constituídas inicialmente pelos professores e alunos envolvidos nas pesquisas e em seu caminho para se tornar empresas são agregados parceiros investidores.

NORDESTE - como o sr encara a contribuição contemporânea dos Polos Digitais do Nordeste em termos, além das inovações, contribuição econômica via hubs de inovação?

Guido Lemos: A descentralização

do ensino superior de qualidade, que no Brasil se concentra nas universidades e institutos federais, criou situações como a encontrada na Paraíba onde temos um dos maiores índices de vagas de ensino superior per capita do Brasil. Cérebros qualificados valem mais que ouro na economia da informação. Transformar os recursos humanos qualificados que formamos aos milhares na Paraíba em riqueza é questão de sobrevivência no futuro. Precisamos criar as condições, como tão bem fizeram Recife e Florianópolis, para assim como estas cidades viabilizar negócios que atingem cifras bilionárias com serviços associados a tecnologia de ponta.

NORDESTE - Na sua opiniao, qual o valor internacional de polos como Recife, Campina, Fortaleza para competir internacionalmente?

Guido Lemos: A palavra é PRESENÇA. Cidades que têm polos de tecnologia funcionando bem estão presentes disputando atenção, mercado, projetos, empresas e recursos em todos os fóruns

no Brasil e no mundo. Quem não se organiza e se apresenta para competir fica fora desse mercado extremamente lucrativo e sustentável, as empresas e pessoas que nele atuam transformam para melhor a sociedade onde vivem.

NORDESTE - Neste sentido, como tipificar os investimentos das universidades e instituições. Tem como dimensionar este valor?

Guido Lemos: O principal investidor em pesquisa no Brasil está em derivada negativa, o orçamento previsto e executado pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação diminui em alta velocidade pois certamente não é prioridade para o atual governo federal. O contrapeso no Brasil é a criação de condições e o aumento do interesse nesse tipo de negócio pelo setor privado e alguns governos estaduais e municipais que estão dando a devida prioridade para esse setor. Aumentar o investimento é questão de prioridade, o cobertor é curto é preciso muita vontade política para manter e aumentar os investimentos públicos em ciência. Os gestores que entendem o que esse investimento significa transformam suas cidades, estados e países tornando-os lugares melhores para viver.

NORDESTE - Por que o Vale do Silício repercute tanto, mas não conseguiu produzir o 5 G perdendo para China? Faltou o que?

Guido Lemos: O EUA é o país que mais investe em ciência e tecnologia desde a segunda guerra mundial, posição que está sendo assumida pela China. Se a China está investindo mais é natural que os resultados venham. São modelos distintos, no americano o controle das decisões sobre investimento é descentralizado e privado. Os chineses centralizam as decisões no governo que traça planos com horizontes de 30 anos. Enfim, o mundo está mudando e o capitalismo selvagem chinês está conquistando mercados.

NORDESTE- A ciência e Tecnologia brasileiras vivem retrocessos em termos de apoios aos projetos. Na sua opinião qual o reflexo de tudo isso?

Guido Lemos: Subdesenvolvimento. Se desacelerarmos vamos ficar cada vez mais para trás em índices de desenvolvimento social. O carro chefe da economia brasileira hoje, o agronegócio, só existe por conta das pesquisas que são realizadas nas universidades que formam os recursos humanos absorvidos em empresas como a Embrapa que emprega milhares de doutores. Sem isso não conseguiríamos os resultados excepcionais de produtividade que atingimos hoje em dia. Se quebrarmos esse ciclo virtuoso de investir em ciência e colher resultados econômicos, vamos caminhar na direção de uma república de bananas.

NORDESTE - Qual sua avaliação para a implantação do Parque Tecnológico em João Pessoa, no Centro Histórico?

Guido Lemos: Muito positiva! Se observarmos a transformação que aconteceu em Recife não resta dúvida que a iniciativa é correta. Se não investirmos em nosso centro ele irá se degradar. A atração de empreendedores gera demanda por serviços e vai revitalizar nosso centro contribuindo para seu desenvolvimento e preservação. Finalmente conseguimos um alinhamento político no tema. Estão de parabéns o Governador João Azevedo, os secretários Claudio Furtado Rubens Nóbrega, o prefeito Cícero Lucena e a secretária Margareth Diniz pelo apoio a iniciativa que é um passo importante para que João Pessoa ganhe velocidade na direção da economia do conhecimento.

NORDESTE - O que esperar da C&T diante de governos negacionistas e que não aceitam a ciência?

Guido Lemos: Subdesenvolvimento e pobreza. 🍌

UMA ABORDAGEM ATUALIZADA SOBRE EFEITOS DA COVID E COMO ADEQUAR PROCEDIMENTOS

Expert e líder no Nordeste avalia e aponta formas de manter a qualidade da saúde de pacientes

Gestora Regional do Nordeste do Grupo Sabin aborda "Criatividade para manter a qualidade da saúde dos pacientes em meio a pandemia"

Em meio ao Carnaval sem aglomerações em face dos efeitos da COVID-19 eis que a gestora regional do Grupo Sabin no Nordeste, Agnaluce Moreira, resolveu dar uma contribuição à sociedade abordando como gerar "criatividade para manter a qualidade da saúde dos pacientes em meio à pandemia".

Eis o texto na íntegra, a seguir:

"Sair de casa, hábito tão bem exercido pelos brasileiros, mudou completamente no último ano. Tanto clientes quanto empresas precisaram mudar rotinas e serviços, respectivamente, para encarar a nova realidade mundial. O setor de saúde, um dos mais atingidos e essenciais à população, foi o que teve maior necessidade de se adequar aos novos tempos.

O Grupo Sabin, empresa de medicina diagnóstica, ampliou o serviço de coleta móvel para atender ao aumento da procura por exames sem sair de casa e assim manter o distanciamento social por parte dos clientes.

Com a pandemia, o serviço móvel



“Além de serviços de medicina diagnóstica em domicílio, disponibilizamos aplicação de vacinas em casa. O serviço é muito demandado por mães para proteger os recém-nascidos e por idosos e pessoas com dificuldade de locomoção.”

de coleta, que era mais procurado por pessoas com dificuldade de locomoção, idosos e também por clientes que buscavam mais comodidade, passou a ser demandado por todos que queriam fazer manter o isolamento social sem deixar de cuidar da saúde. A procura aumentou tanto para exames de rotina quanto para o teste de detecção do novo vírus.

Para atender ao crescimento das solicitações, precisamos expandir nossa estrutura e equipe e definimos novos protocolos para a coleta

de material na casa do cliente. Além disso, reforçamos as práticas relacionadas à segurança e proteção de clientes e colaboradores. Todos recebem equipamentos de proteção individual específicos alinhados aos procedimentos que executarão.

Além de serviços de medicina diagnóstica em domicílio, disponibilizamos aplicação de vacinas em casa. O serviço é muito demandado por mães para proteger os recém-nascidos e por idosos e pessoas com dificuldade de locomoção.

Reforçamos também o ser-

viço de unidades móveis, um formato desenvolvido para atender regiões com demanda por exames de análises clínicas onde ainda não há uma unidade física da empresa. Além disso implementamos o drive-thru.

Para oferecer maior comodidade ao cliente, ele recebe atendimento sem sair do carro. O serviço já estava previsto no planejamento da empresa antes da pandemia, mas o Sars-CoV-2 acelerou o projeto, que integrado ao e-commerce, permitiu a redução de etapas no processo de compra e uso do serviço, bem como agilidade no atendimento.

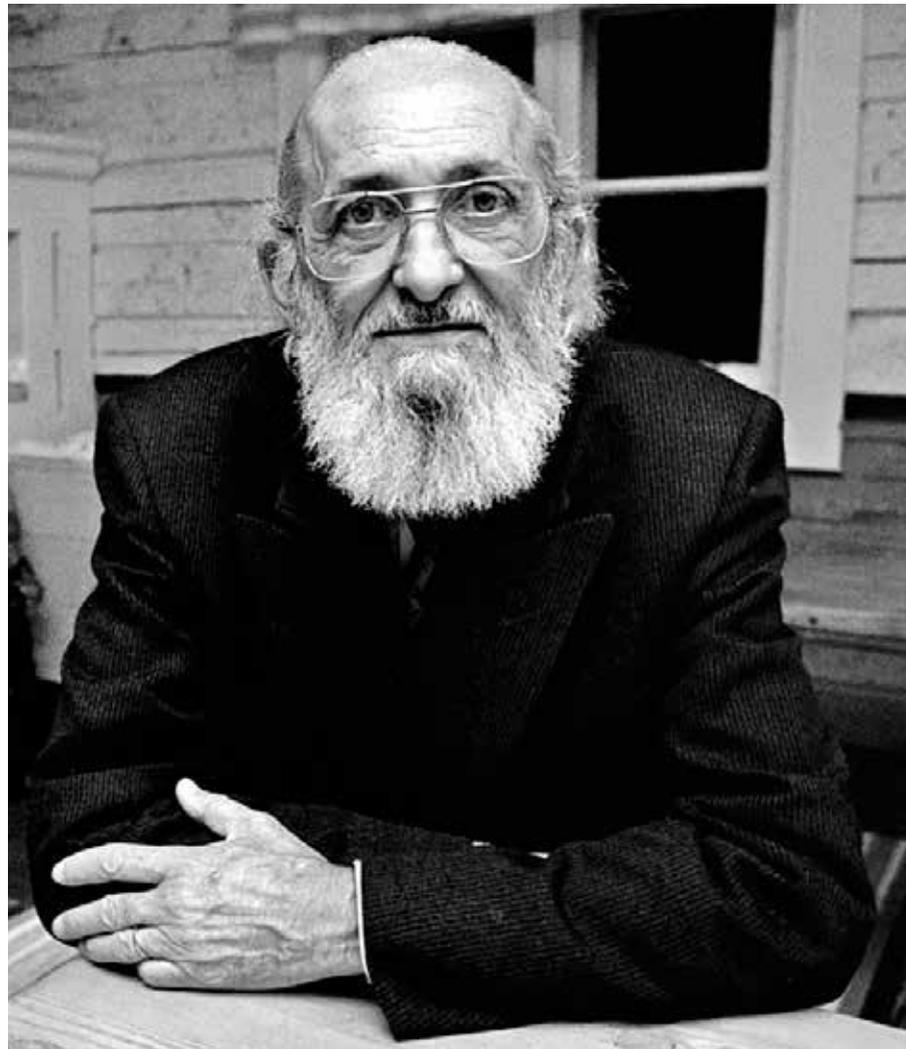
E não foi somente o setor de saúde que teve que se adaptar aos novos tempos. A prestação de serviços em domicílio e as entregas ou delivery de produtos foram atividades que mais se destacaram na economia em 2020. E, em muitos casos, os responsáveis pela sobrevivência de muitos negócios, como no caso de alguns restaurantes que precisaram ficar fechados por alguns meses.

Pesquisas mostram que o consumo de serviços de entrega de comida pelo brasileiro cresceu 103% no primeiro semestre de 2020, de acordo com pesquisa da startup de gestão de finanças pessoais, Mobills.

Outro setor impactado com o isolamento social foi o de moda. Lojas de roupas precisaram encerrar seus atendimentos presenciais e passaram a ir até a casa dos clientes.

De acordo com a Simbio, empresa que criou aplicativo que permite que os varejistas enviem encomendas para os clientes experimentarem em casa, a conversão de vendas em domicílio é maior que 60%, diferente das vendas em loja presencial que atingem até 40% de conversão.

Para a sobrevivência de alguns pequenos negócios e a segurança de consumidores e clientes, as entregas e serviços prestados em casa continuarão em 2021. 📍



QUEM FOI O REVOLUCIONÁRIO DA EDUCAÇÃO MUNDIAL

Em texto Exclusivo, NORDESTE expõe trajetória, obra e protagonismo de um educador mundial: Paulo Freire, 100 anos!*

Por AFONSO CELSO SCOCUGLIA

Paulo Freire (1921-1997) foi um pernambucano, advogado de formação, católico progressista e, hoje, cidadão do mundo, que dedicou a maior parte da sua vida a combater pela educação dos excluídos da educação sistemática, contra a educação excludente e elitista. Realizou uma vasta obra, composta por dezenas de livros¹, além de textos, artigos, seminários, conferências etc. Influenciou grande número de educadores e pesquisadores em todo o mundo, constando catalogadas milhares de publicações que têm as suas ideias e a prática delas, como referência direta.

Nos anos 1960, em pleno vigor do populismo e do nacional-desenvolvimentismo, como integrante do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife, elaborou uma proposta de alfabetização para os adultos das camadas populares que partia do seu “universo vocabular” e do cotidiano de seus problemas, para gerar palavras, sons, sílabas, fonemas e, com elas, ensinar a ler e escrever em pouco tempo. Essa metodologia pretendia ser rápida, moderna e barata e, em quarenta horas, alfabetizar os adultos que, assim, poderiam “ler melhor o mundo” e, inclusive, adquirir o direito ao voto. O que ficou conhecido como “Método Paulo Freire”² empolgou toda uma geração de professores, estudantes, in-

1 - Todos os livros citados neste texto são amplamente conhecidos e divulgados. Muitos dos quais disponíveis para download na Internet, inclusive os livros de Paulo Freire. Basta uma rápida consulta para identificá-los.

2 - Usamos aspas em “Método Paulo Freire” para chamar a atenção, solicitada constantemente por Paulo Freire, para a existência de um Sistema complexo de alfabetização de adultos no qual o método se inclui, assim como as técnicas, mas são inseparáveis de seus valores, concepções metodológicas, concepções teóricas – antropológicas, filosóficas, sociais, culturais etc. O Sistema Paulo Freire de Educação: incluía seis etapas começando pela alfabetização de crianças e chegando até uma Universidade Popular. O “Método” de alfabetização de adultos seria apenas uma dessas etapas.

telectuais, artistas, além de integrantes das chamadas forças “progressistas”, “de esquerda” que apostaram na possibilidade de “elevar culturalmente as massas” e de vencer eleições locais e nacionais. Convocado pelo governo federal e motivado por dezenas de movimentos de cultura e educação popular, Freire foi coordenar o Plano Nacional de Alfabetização (PNA) no segundo semestre de 1963.

Esse Plano previa a alfabetização de centenas de milhares de brasileiros em 1964 através da formação de 20.000 “círculos de cultura”. Na prática, se realizou o PNA, o contingente eleitoral seria aumentado significativamente, já com vistas às eleições gerais de 1965. Os setores progressistas e de esquerda apostaram todas as suas fichas no PNA, inclusive Goulart, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e setores da igreja católica. Os conservadores, antipopulistas e a forças de direita, civis e militares, sentiram ameaçadas suas posições e privilégios e, assim, reagiram. Após o golpe civil-militar de abril de 1964, o PNA e as entidades que utilizavam o “Método” foram extintas. Freire ficou preso no IV Exército - Recife mais de setenta dias, exilando-se a seguir, mesmo a contragosto. Sua volta foi permitida com a Anistia (1979) aos presos e exilados políticos do Estado militar.

Nos quinze anos de exílio (1964-1979), o trabalho prático e teórico de Freire avolumou-se, ganhou densidade e foi disseminado com tal vigor pelo mundo que seu principal livro (*Pedagogia do oprimido*, 1984b) encontra-se traduzido em dezenas de idiomas. Este livro que, junto com *Educação como prática da liberdade* (1984a), compõe o que podemos chamar de “primeiro” Paulo Freire³, foi escrito no Chile (quatro

3 - A trilogia principal do que chamamos de “primeiro” Paulo Freire é completada com a tese de concurso de acesso à docência na Universidade do Recife (hoje UFPE), em 1959, *Educação e atualidade brasileira* (publicada pela Editora Cortez,



Prof. Dr. Afonso Scocuglia, especialista sobre educador

primeiros anos de exílio) quando este assessorava a entidade governamental (da Democracia Cristã) executora da reforma agrária (ao lado de Jacques Chancholl que, depois, foi ministro de Salvador Allende). Se *Educação como prática da liberdade* representa uma das suas primeiras reflexões e sistematizações teóricas sobre os acontecimentos relativos à alfabetização brasileira dos anos pré-1964, *Pedagogia do oprimido* constituiu um avanço na direção da formulação de uma pedagogia nutrida dos valores, das necessidades, dos interesses emancipatórios dos subalternos, dos oprimidos. Freire dizia que se os opressores fazem sua pedagogia no próprio processo de dominação, os oprimidos precisam formular sua pedagogia, sua resistência, na própria luta por emancipar-se. Como se pode notar, a educação e a pedagogia, para Freire, sempre estiveram carregados de uma politicidade, ou seja, a prática

2001). Na sequência da progressão de suas ideias foram constituídos o que chamamos (didaticamente) de “vários Paulo Freire”.

educativa e a reflexão sobre essa prática constituíam atos políticos: de escolha, de decisão, de luta entre contrários, de conquista da cidadania negada.

No final dos 1960, Freire passou quase um ano trabalhando na Universidade de Harvard (EUA), lá escrevendo um dos seus livros mais importantes: *Ação cultural para a liberdade e outros escritos* (1984c). Neste livro, revê alguns conceitos iniciais e, de maneira crescente, aproxima-se de pensadores e conceitos marxistas. A “conscientização”, inseparável da alfabetização desde o início de suas proposições, cede espaço à formulação de uma educação que, como “ação cultural”, contribua para a difícil formação da “consciência de classe” dos subalternos sociais.

Na sequência, durante quase toda a década de 1970, Freire destacou-se no Departamento de Educação do Conselho Mundial das Igrejas, em Genebra (Suíça). Com outros exilados, formou o Instituto de Ação Cultural (IDAC) que, entre suas diversas atividades, colaborou durante anos com governos de países africanos recém-libertos da colonização, como a Guiné-Bissau. De sua correspondência com os líderes guineenses veio à tona um dos seus livros mais importantes: *Cartas à Guiné Bissau* (1980b).

Enquanto isso, no Brasil, se processava a abertura “lenta e gradual” do Estado Militar. No final dos setenta, ainda exilado, Freire participa da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), embora posteriormente se distanciasse de vários integrantes do Partido.

No início da década de 1980, retoma suas atividades no Brasil, como

* Este texto tem como base o nosso livro *A história das ideias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas* (7ª. edição, Editora da UFPE, 2019). Também se fundamenta nos 30 vídeos do *Programa Paulo Freire Vivo*, disponíveis no YouTube.



professor da PUC-SP e da Unicamp. Orienta trabalhos, faz numerosas conferências, recebe títulos de Doutor Honoris Causa de várias das principais Universidades, mundo afora, assessora prefeituras e projetos. Segundo ele, estava “reaprendendo o Brasil”. Nesta década escreve vários livros dialógicos com outros intelectuais e, entre outros, destacamos: com Moacir Gadotti e Sergio Guimarães (*Pedagogia: diálogo e conflito*, 1985a); com Ira Shor (*Medo e ousadia - O cotidiano do professor*, 1987a); com Frei Betto (Essa escola chamada vida, 1986b); com Antonio Faúndez (*Por uma pedagogia da pergunta*, 1985b). Além desses, publica *A importância do ato de ler* (1982) e participa de seminários, simpósios, congressos, no Brasil e no exterior.

No final dos anos oitenta, assume a Secretaria de Educação no governo da cidade de São Paulo na Gestão Luiza Erundina (do Partido dos Trabalhadores), iniciando a reformulação do ensino municipal e valorizando o magistério com a formação continuada e salários dignos. Com sua equipe, empreende sua principal meta: tornar a escola municipal democrática, em todos as suas instâncias - com seus conselhos deliberativos, sua gestão coletiva, na revisão dos currículos, na interação dos trabalhadores da educação com os alunos e suas famílias, na alfabetização dos adultos. Após dois anos de secretariado, Paulo Freire renunciou ao cargo, mas, no entanto, as diretrizes de sua gestão continuaram através do trabalho de toda a equipe (que permaneceu após sua renúncia).

No início dos 1990, Freire publica o que, a meu ver, constitui uma das suas mais importantes reflexões enquanto pensador da educação. Nos textos reunidos em *Política e educação* (1993), sobressaem as marcas do antidogmatismo de um intelectual disposto, a se repensar, a “não se congelar em qualquer postura determinista” ou doutrinária. Enfatizando a crescente importância

da educação para a autonomia e a esperança - no início de um século marcado por nihilismos tão convidativos, por um pessimismo avassalador sobre o futuro fundado nas múltiplas faces de uma globalização excludente e predadora -, Freire advoga a (re)humanização dos homens e das mulheres pelo caminho que eles/elas criaram para “serem mais humanos”: a educação e sua parte sistêmica, a escola. Dessas ideias surgem *Pedagogia da esperança; um reencontro com a Pedagogia do oprimido* (1992) e *Pedagogia da autonomia* (1996).

As análises sobre grande parte da sua obra estão disponíveis nos 30 vídeos que produzimos recentemente para a TVUFPA no *Programa Paulo Freire Vivo* (www.youtube.com/playlist?list=PLGshD_YWckUQg6cIbeo_BvZpDqpuDlwTK).

Assim, foi em torno da luta por fazer da educação “uma prática da liberdade”, um processo de “conscientização pelo diálogo”, uma “ação cultural” em defesa dos oprimidos, um exercício do “direito ao conhecimento” e um processo de “ser mais” dos homens e das mulheres, que Paulo Freire construiu sua história e influenciou outras tantas histórias de vida.

Certamente, o legado, o exemplo, a postura, a práxis ética e democrática, a produção incessante e a atualidade do seu pensamento, a esperança e a utopia militante, as dezenas de livros, artigos, conferências, orientações, palestras... deverão continuar a batalha por um outro Brasil e um outro mundo onde as camadas sociais historicamente excluídas, finalmente, tenham seus direitos fundamentais respeitados e, mais do que isso, conquistados. Talvez essa batalha dê maiores frutos quando o país “estiver repleto de marchas” dos “sem-educação” e dos “sem (expulsos da) escola”, como sonhou Paulo Freire.

No geral, sua produção escrita (1958/1997) - que tem como eixo principal a educação popular e, progressivamente, a inseparabilidade entre

educação e política -, hoje continua a ser revelada em livros póstumos. Se registrarmos esse tempo, além dos 40 anos que nos referimos antes, teremos mais 20 anos de publicações. Podemos contar mais de 60 anos de escritos de Paulo Freire, somando as publicações póstumas! Essa produção está focalizada no nosso livro *A história das ideias de Paulo Freire e atual crise de paradigmas* (disponível em www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPA/catalog/book/138).

A intensidade e o volume dessa trajetória intelectual é mostrada hoje, por exemplo, no *Dicionário Paulo Freire* (4ª. edição, 2018) que caminha para os seus 300 verbetes, a partir dos trabalhos de mais 100 pesquisadores! Também pode ser mostrada por meio do amálgama teórico que Freire utilizou, retratada nas contribuições de dezenas de estudiosos em *Paulo Freire: uma arqueologia bibliográfica* (2019). Exposta em Paulo Freire: uma bibliografia (1996), continua a ser explorada, a exemplo do livro *The Wiley Handbook of Paulo Freire (2019) construído por pesquisadores de várias partes do mundo*.

Com efeito, isso faz com que o Paulo Freire seja considerado atualmente um dos educadores e um dos propositores da pedagogia mais importantes do século XX, sendo corroborado pelo número grande de citações a sua obra. Terceiro autor mais citado das ciências humanas/sociais! *Sabemos que a sua obra Pedagogia do oprimido* (1984b) é uma das 100 obras mais citadas em língua inglesa. Ademais, Paulo Freire foi reconhecido com dezenas de títulos doutor honoris causa por importantes universidades! Sua obra é traduzida em vários idiomas. Está disseminada praticamente em todos os continentes e seu legado tem uma importância reconhecida e vigorosa em pleno século XXI. Continua viva, aos 100 anos do seu autor, nos trabalhos práticos e teóricos de educadoras e educadores em todos os continentes da Terra. 🌍

Cultura

A ESTRELA INTERNACIONAL DA TERRA DE AUGUSTO

Escritora da Paraíba, Marília Arnaud, arrebatou mais importante premiação internacional com romance de padrão global e convincente

Por WALTER SANTOS

Quem se depara com a escritora Marília Arnaud por qualquer coincidência nem de longe imagina que está diante de um talento literário além mares construindo romances e histórias típicas dos grandes nomes, como ela passou a ser, agora como campeão global do saber escrever inovando. Esta é a síntese da entrevista a seguir:

Revista NORDESTE - Como é conviver com um Prêmio Literário Internacional, através do AMAZON, oriunda de um estado do Brasil com gente de expressão do nível de Augusto dos Anjos, Ariano Suassuna, José Lins do Rego, Bráulio Tavares?

Marília Arnaud - Sinto-me honrada em ter nascido na terra dos grandes autores citados por vc, e de José Lins do Rego, José Américo de Almeida, Sérgio de Castro Pinto, e tantos outros que engrandecem a Paraíba. O Prêmio Kindle de Literatura, assim como outros prêmios literários, alavancam a carreira de um autor, dão visibilidade à sua literatura, sendo, assim, um presente, um reconhecimento do valor de sua obra.

NORDESTE - Qual seu sentimento



Marília Arnaud: “Sinto-me honrada de ter nascido na terra de grandes escritores”

de escritora reconhecida internacionalmente diante de um cenário e público conservador e até ainda machista?

Marília Arnaud - Meu sentimento

é de pura alegria. Alegria e gratidão. Não obstante o conservadorismo e o machismo, ainda presentes em nossa sociedade, as obras de autoria feminina estão cada vez mais presentes nas

finais de premiações literárias, muitas delas, vencedoras. Essa é, sem dúvida, uma realidade que veio para ficar. Talento, criatividade, força literária não têm gênero. O certo é que há espaço para todos que trabalham com afinco e persistência, homens e mulheres.

NORDESTE - Sinceramente, como foram os tempos de véspera do anúncio do resultado? Como você se sentia?

Marília Arnaud - Dias de muita ansiedade. As últimas 48 horas antes da cerimônia de premiação foram bastante difíceis. O coração num compasso bem difícil. Dizia-me que chegar à final já era muito, e, assim, qualquer que fosse o resultado, eu deveria estar grata e feliz. Mas a esperança não parava de me acelerar o coração. E foi assim até o momento final.

NORDESTE - A presidente da Academia Paraibana de Letras, crítica e escritora Angela Bezerra de Castro, considerou sua obra como romance a expressar dor e dilaceramento com narrativa bem resolvida. O que vc diz?

Marília Arnaud - A professora Angela Bezerra de Castro talvez seja a pessoa mais abalizada para falar da minha Literatura. Ela me acompanha desde o meu segundo livro, "A menina de Cipango", com a leitura atenta dos meus escritos, e um olhar crítico rigoroso. Ao saber que "O pássaro secreto" chegara à final, ela me disse "o prêmio é seu". Estava certa.

NORDESTE - Ao longo da vida, você sempre conviveu com as inquietudes do pensamento e da produção literária. Quais outras obras que você identifica com mesma dimensão da obra premiada?

Marília Arnaud - Muitos leitores de "Liturgia do fim" me disseram que o romance tem força literária e uma linguagem poética que encanta. Acredito neles. Penso no "Liturgia" como meu



melhor romance, embora ele não tenha chegado a ter a repercussão de "O pássaro secreto". Para ele, não chegou nenhum prêmio.

NORDESTE - O que você pretende fazer pós premiação internacional e como vai conviver com a fama?

Marília Arnaud - A fama é momentânea. Se o autor se sente sobre o prêmio recebido e passa a assoviar, se não segue trabalhando e apresentando um bom trabalho, ele inevitavelmente será esquecido. Tenho recebido muitos convites, lives, entrevistas para jornais, blogs, programas de televisão. Tenho tentado gerenciar isso. Sou muito quieta, reservada. Não gosto de me expor.

NORDESTE - Quais os desafios de sua nova fase literária?

Marília Arnaud - Pretendo seguir escrevendo, o que tenho feito a vida toda, desde a minha adolescência. Sou vocacionada para o fazer literário. Podem me tirar tudo, mas a imaginação e a palavra estarão sempre comigo.

NORDESTE - E agora, o que esperar de seu talento reconhecido internacionalmente?

Marília Arnaud - Que me cheguem leitores, mais leitores, que esses leitores se deixem embalar por minhas histórias, romances e contos. O que posso desejar mais? 🍷

AS OUTRAS PODEM
ATÉ TER CONTEÚDO,
MAS COM O NOSSO
OLHAR, SÓ A
NORDESTE.

Traduzir o Brasil com o olhar do Nordeste. É com essa postura editorial que a REVISTA NORDESTE está se consolidando cada vez mais como referência nacional. Sua abordagem revela e reproduz os principais fatos contemporâneos e as questões econômicas, políticas, sociais e culturais com reflexos na região. Seu conteúdo preciso e de fácil compreensão, apresentado por uma excelente equipe de jornalistas, fez preferência de inúmeras personalidades nacionais.

ASSINE
AGORA

Assinatura 1 ano
12 exemplares

R\$ 264,00

Assinatura 2 anos
24 exemplares

R\$ 528,00

(83) 30413777
atendimento@revistanordeste.com.br

www.revistanordeste.com.br
NORDESTE
A NOSSA LEITURA DO BRASIL



Vila Galé
HOTÉIS

VILA GALÉ SUN RESIDENCE

CUMBUCO



SUA CASA NO PARAÍSO

Apartamentos a partir de 39m² com piscina, SPA, academia, quadras poliesportivas e infraestrutura completa em frente à praia de Cumbuco, uma das mais charmosas de todo o Ceará. Surpreenda-se com este novo conceito!

MAIS INFORMAÇÕES: [85 99122 6516](tel:85991226516) VENDAS.SUNRESIDENCE@VILAGALE.COM

